



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 12 DE JANEIRO DE 1989.

ANO XIV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADO EM 12 DE JANEIRO DE 1989.
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Lindolfo Júnior.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaç Túllo, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Costa, Erondy Silvério, Esequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Amibelli, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, José Felinto, Lednidas Chaves e Rafael Greca (06). Achando-se em licença o Senhor Deputado Paulo Furiatti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n. 01/89, oriundo da Mensagem Governamental 02/89.

Sala das Sessões, em 12.01.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o Presidente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo inciso II, § 1º, do art. 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o encerramento das discussões do Projeto de Lei n. 001/89 constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 12.01.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, fundamentado no disposto pelo inciso III, § 1º, do artigo 156, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, o Encerramento das Discussões do Projeto de Lei n. 345/88, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.01.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO 1153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com base no art. 76, § 1º, do Regimento Interno, prorrogação da sessão por mais duas horas.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Takayoshi Takahashi, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade curitibana face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: R. Lamenha Lins, nº 3.111.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO 1148

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiada à família do Sr. OLINDO CARDOSO LUCENA, pioneiro e pai do atual Prefeito do Município de Cidade Gaúcha, votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido na tarde do dia 06 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO 1151

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda do Estado, solicitando a imediata expedição de instrução disciplinando a forma de pagamento, com local e data e prazos do IPVA para o exercício de 1989, na forma prevista pelo artigo 8º e seus incisos, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A imprensa tem noticiado que a falta de regulamentação da Lei nº 8.925/88 tem causado inúmeros problemas aos proprietários de veículos.

Os adquirentes de veículos usados, em face da errônea aplicação da Instrução nº 1.178/88, que diz respeito ao exercício de 1988, estariam sendo prejudicados pela falta da expedição de nova instrução para o exercício de 1989.

Esse fato foi analisado por nosso Gabinete, e parece refletir a verdade, pois, a redação contida na mensagem do Poder Executivo sofreu emendas, e uma delas dispõe que deve ser adotado o Calendário Nacional de Licenciamento de Veículos adotado pelo CONTRAN, no presente exercício, vedando, conseqüentemente, a obrigatoriedade do recolhimento antecipado do imposto, como vem sendo irregularmente exigido.

Cremos que somente no caso de transferência para outro Estado é que o pagamento deverá ser feito antecipadamente, o que pode ser disciplinado por Instrução da Secretaria da Fazenda relativa a 1989.

REQUERIMENTO 1150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelen-

tíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a ampliação do número de vagas oferecidas para os médicos legistas, no concurso público que será realizado neste ano, bem como, solicita a criação de serviços de verificação de óbitos em cada subdivisão do Instituto Médico Legal do Paraná no interior do Estado, com a contratação de pelo menos um patologista para cada serviço.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposta é oriunda do Conselho Regional de Medicina, Associação Médica do Paraná e Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná, entidades representativas dos médicos do Paraná, que estão preocupados com a situação crítica que a assistência médico-legal vem enfrentando no interior do Estado, seguida de acontecimentos desagradáveis decorrentes da carência no atendimento deste setor.

O concurso público previsto para este ano, está oferecendo apenas 16 (dezesseis) vagas e a reivindicação das entidades é para que seja aumentado esse número para 26 (vinte e seis) vagas, o que resolveria o problema, pois a necessidade de legistas é maior que a oferta de vagas.

REQUERIMENTO 1149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve propõe à Casa a presente moção de solidariedade ao Governo do Estado do Rio de Janeiro representado pelo Sr. Governador Moreira Franco, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - pelas providências já adotadas e em curso para a apuração das responsabilidades legais de natureza penal, civil e administrativa relacionadas com o crime múltiplo pelo afundamento do Barco "Bateau Mouche IV" e perda de mais de 54 vidas humanas.

O estado de direito democrático em que reingressamos, pela vontade soberana do povo brasileiro, não aceita nem admite que delito como o do Bateau Mouche IV sejam abandonados, as responsabilidades não sejam apuradas e os criminosos não sejam alcançados pelo rigor da lei, a ser exercida com firmeza e independência pelas autoridades competentes, no caso a Justiça Comum e o Ministério Público do Rio de Janeiro para os crimes representados pela perda de vidas humanas, sem prejuízo da concorrência administrativa e de legislação penal militar para as omissões de servidores federais a quem incumbia a fiscalização da navegação.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a leitura do expediente, esta Presidência concede a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. PIRAJÁ FERREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somos sabedores de que as soluções e os problemas estão em grande parte diretamente relacionados aos conhecimentos adquiridos por aqueles que militam diuturnamente em determinada problemática, assim como as sugestões só têm inestimado valor se observarmos a mesma situação, caso contrário, incorreríamos ao pecado da crítica que a muitos enganam deixando de apresentar soluções sob a desculpa de serem críticas construtivas. No momento em que o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Álvaro Dias, assume a sábia posição convidando a Professora Gilda Poli para assumir a direção daquela importante Pasta, nós nos congratulamos com Sua Excelência. Que a feliz escolha tenha recaído em alguém que muito já provou de sua visão e capacidade administrativa através do seu dinamismo, seu humanismo e sua sensibilidade para com os problemas da política educacional do nosso Estado. Onde na gestão anterior a Professora Gilda Poli deu mostra de inovação e de solução aos inúmeros problemas que se apresentaram, ficou mais uma vez comprovado que os problemas da educação só podem ser solucionados por alguém da área de educação, familiarizada com as necessidades do seu dia-a-dia.

Parabéns, Governador Álvaro Dias, pela excelente escolha.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao presenciarmos, durante a sessão de ontem nesta Assembleia Legislativa, as reivindicações salariais de todas as categorias do nosso Estado... E hoje sem ser possuidor de nenhuma procuração mas apenas por analisar todas as categorias de funcionários do Estado do Paraná, cabe a mim, por uma questão de consciência e de responsabilidade, fazer uma defesa nesta tribuna à categoria de 74 CIRETRAN's que existem no Estado do Paraná. Esses chefes de CIRETRAN's, responsáveis por documentos de grande responsabilidade, homens que têm em si o compromisso de seriedade, quando nós percebemos, com relação a todas as categorias todos funcionários públicos do Estado do Paraná, estão com o seus salários totalmente defasados.

Eu já conversei com o Governador Álvaro

Dias. E pedi a ele uma atenção especial, no sentido de que haja um reconhecimento com relação aos salários dos chefes das CIRETRAN's do Paraná. E eu gostaria de citar neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um exemplo: temos, nas 74 CIRETRAN's do Paraná, 3 categorias, das quais uma delas tenho conhecimento profundo, que é a CIRETRAN de Cianorte. Quando um chefe da CIRETRAN, com todas as responsabilidades que tem percebe um salário de 89 mil cruzados; e quando até, nós temos conhecimento, um motorista da Secretaria da Saúde percebe um salário, através das suas diárias, aproximadamente de 220 mil cruzados. Nós entendemos de que a chefia de uma CIRETRAN é uma responsabilidade, que tem que exigir, acima de tudo, uma remuneração salarial compatível com esta responsabilidade.

Então, nós percebemos que todas as categorias que vêm a esta Assembleia Legislativa reivindicar uma melhor condição salarial, eu não poderia deixar de registrar, neste Poder Legislativo, também, a grande preocupação com os chefes das CIRETRAN's do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Funcionários públicos que enobrecem e que estão tornando mais viva esta Assembleia Legislativa, porque a população paranaense e seus funcionários começam a acompanhar de perto seus representantes, aqueles que foram eleitos com responsabilidades.

Neste horário do Partido dos Trabalhadores, desta quinta-feira, gostaria de comentar que assisti hoje, pela manhã, na Rede Globo de televisão, o pronunciamento do Líder do PMDB quando ele afirmava, tentando justificar a crise política, a crise econômica, dizendo que o culpado de tudo é o Presidente José Sarney.

Digo ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados que efetivamente o Sarney, Presidente atual, é o símbolo da culpa pela crise política, pela crise econômica, pela crise institucional que este País vive. Mas, eu pergunto ao Senhor Presidente e aos nobres Parlamentares: por que será que o Sarney está ocupando, por ora, a Presidência da República? Será que é von-

tade pessoal dele? Ou será que os culpados verdadeiros estão por aí enrustidos de oposição, enrustidos de democratas?

É uma pergunta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que deve ser esclarecida para que a população do Paraná não continue enganada, achando que o culpado pela crise brasileira é simplesmente uma pessoa que por ora está exercendo o poder de Presidente e que a culpa é toda sua.

Pergunto, Senhor Presidente, Senhores Deputados: quem colocou o Sarney na Presidência da República? Será que muitos dos que elegeram Tancredo Neves e Sarney não estão aqui no meio de nós hoje?

Eles ainda não pediram desculpas à sociedade brasileira pela traição da campanha de 1984, da campanha pelas diretas quando o povo brasileiro estava em praça pública clamando por eleições diretas, querendo o fim do militarismo no poder e construir um poder democrático, um poder de gosto de sociedade brasileira.

O que aconteceu à Aliança Democrática?

Uma aliança de cúpula para atender os interesses de meia dúzia que já estavam privilegiados na velha república. E essa Aliança traiu os interesses da maioria do povo brasileiro. Traiu a campanha das diretas, traiu a mobilização da população e, agora estão dizendo que é culpa do Sarney.

Quem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quem deu 5 anos para o Presidente Sarney? Foi o PT que deu 5 anos para Sarney? Será que foi ele que se auto-decretou Presidente da República por 5 anos? Não senhores, não senhoras. Tem culpados e nós temos culpados aqui no Paraná; nós temos culpados aqui neste Parlamento; culpados que apoiaram 5 anos, que lutaram para que o atual Presidente continuasse mais um ano governando este País do jeito que está, de mal a pior. Tem muitos culpados aqui que permitiram com que não tivéssemos eleições diretas em 1988, conforme pesquisas públicas, em todas as praças.

Noventa e três por cento da população queria 4 anos para Sarney e meia dúzia disseram que deveríamos dar 5 anos para o Presidente.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores funcionários públicos que aqui estão, nós temos que desmentir ao Paraná aquilo que foi dito na Rede Globo hoje de manhã, a culpa pela crise que aí está é do Sarney e de todos os que o sustentam e que o sustentaram no passado.

Esses são os culpados, sim, pela crise política, pela crise econômica que o nosso país vive.

Concedo aparte ao nobre Líder do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Deputado Pedro Tonelli, o que poderia ser explicado por

Vossa Excelência sobre a matéria no "Correio Brasiliense" do dia 10 de janeiro, na terça-feira última: "PT irritado tenta explicar nomeação de parentes que está ocorrendo em São Paulo com a Prefeita do PT, Luíza Erundina, onde em determinado trecho, chegam a dizer com muito cinismo, cinismo próprio do pessoal do PT, de que marido não é parente."

Vossa Excelência que tanto cobra poderia também explicar a esta Casa de Leis e ao povo do Paraná de que realmente marido não é parente, ou então, que o PT critica mas age de outra forma pela qual fala. Se Vossa Excelência puder explicar ao povo do Paraná, ficaria muito satisfeito.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu explico. Luíza Erundina aprendeu isso olhando para o Palácio Iguazu aonde o Governador nomeou seu irmão para Secretário da Agricultura.

O Sr. Artagão Mattos Leão - No Palácio Iguazu não tem gente que goste desse tipo de pessoa.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a representação do PDS.

(Declina)

Representação do PDC, com a palavra.

(Declina)

Com a palavra, representação do PFL.

(Declina)

Representação do PDT.

(Declina)

PL com a palavra.

(Declina)

Representação do PTB, com a palavra.

(Declina)

Representação do PSDB, com a palavra.

(Declina)

Representação do PMDB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná, tem vivido ultimamente momentos importantes da democracia, que ainda, esperamos todos, seja plena, de plena liberdade, de pleno diálogo, de plena consciência dos deveres de cada um dos cidadãos, trabalhadores, empresários, governantes, políticos, homens e mulheres.

Ontem mesmo, nesta Casa, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de acompanhar debates acalorados, e tivemos também a oportunidade de acompanhar momentos de rara demagogia, neste plenário.

E, explico, Senhor Presidente, hoje nós temos, novamente, uma galeria seleta,

acompanhando os trabalhos aqui realizados, e democracia pressupõe a participação de todos, a discussão dos assuntos que devem ser levados adiante e que devem ser colocados em discussão. Mas, ontem mesmo, ainda observei a esta mesma galeria, que, discutíamos a constitucionalidade ou não, de uma Mensagem encaminhada para este Poder, pelo Poder Judiciário. E, aqui tivemos, intencionalmente ou não, com má fé ou não de alguns companheiros Deputados, porque não dizer, a colocação de que o que se pretendia, na tarde de ontem, era votar contra o aumento do funcionalismo público do Estado do Paraná, quando, na realidade, volto a insistir, vaiados até, na tarde de ontem, discutíamos uma Mensagem que, absolutamente tem a ver com o envio da Mensagem, pelo Governo do Estado, para a discussão do aumento para o funcionalismo público, do Estado do Paraná.

Pois bem, ainda ontem pudemos observar, e fazemos questão de ressaltar, na oportunidade, que apenas permaneceu silenciosa a Bancada do PMDB, na tarde de ontem, porque esperava que alguém entendesse que a discussão de ontem era bem diferente daquela que hoje começamos verdadeira e efetivamente a travar, neste plenário, ou seja, o aumento para o funcionalismo público estadual.

Discutia-se a competência do Tribunal de Justiça, ou melhor, do Poder Judiciário, em encaminhar Mensagem para a Assembleia, discutia-se a constitucionalidade ou não da matéria, discutia-se o aumento, pura e simplesmente para o Poder Judiciário? Não, nós discutíamos, em Convocação Extraordinária pelo Poder Executivo, matéria tão somente encaminhada pelo Poder Executivo. E é isso que nós temos que ressaltar aqui hoje! Ontem nós observamos, atentamente, a preocupação de alguns Deputados em misturar as coisas, em fazer com que as galerias aqui presentes ontem e hoje novamente, se posicionassem contra a Bancada do PMDB, e eu insisto, nós discutíamos e continuaremos a discutir hoje a Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, porque fomos convocados por ele para discussão de matéria específica, encaminhada pelo referido Poder.

Pois bem, hoje nós vamos discutir, passamos a discutir efetivamente o aumento para o funcionalismo público estadual do Paraná. É claro, e o próprio Governador Álvaro Dias, já deixou esclarecido para a opinião pública que ainda não se chega àquilo que merece o trabalhador paranaense, o funcionário público do Paraná; mas é claro também, e a ninguém é permitido desconhecer, principalmente se Deputado for, porque ontem aqui se falou que não se entendia o porquê de aumentos diferenciados para determinadas categorias dos servido-

res públicos do Paraná. Basta acompanhar os aumentos concedidos em 1988, para saber o porquê da diferenciação da Mensagem encaminhada nesse início de 1989 para o Poder Legislativo.

Essa é a discussão que deve ser feita, e volto a repetir, a nenhum Deputado é dado desconhecer os dados que são apresentados na Mensagem que está sendo discutida aqui na Assembleia Legislativa do Paraná; é muito fácil também para ser aplaudido ou para ganhar o carinho desta ou daquela categoria, ter sido eleito ontem pelo plano cruzado, ter sido eleito ontem em cima de um programa, que era o plano cruzado, que fracassou graças aos banqueiros nacionais e internacionais, hoje se posicionar frontalmente contra tudo aquilo que pretende fazer o Governo do Estado do Paraná.

Neste momento, neste instante no Palácio Iguazu, está sendo anunciada a reforma administrativa pelo Governador Álvaro Dias, uma reforma que já começou em 1987 e que tem seqüência neste ano de 1989. Neste instante, estão sendo eliminadas algumas Secretarias, alguns órgãos e por que não dizer: na pretensão que tem o Governo do Estado em enxugar a máquina administrativa, algumas medidas até dolorosas, por que não, mais dolorosas poderão ser ainda tomadas a partir da data de hoje. Porque uma coisa é certa: a folha do mês de janeiro, segundo informações do Secretário da Fazenda, deverá chegar a 53 bilhões e meio aproximadamente, beirando 54 bilhões de cruzados, enquanto a arrecadação deverá chegar à casa de 50 bilhões de cruzados.

Evidentemente, ainda ontem conversava com alguns que aqui estão procurando o aumento não de 100% mas, de 139% já a partir de janeiro ou retroativo a janeiro. Mas, hoje, ainda, eu e o Deputado Artagão Mattos Leão estivemos conversando com os Secretários da Administração, da Fazenda, do Planejamento, porque posso afirmar para o trabalhador público do Paraná que todos os Deputados, independente de Bancada, têm a obrigação de discutir assuntos que interessam ao funcionalismo público, mas que interessam também à população do Paraná.

E é por isso, Sr. Presidente, que nós estamos discutindo a Mensagem encaminhada pelo Executivo, esclarecendo, ao terminar, que segundo as informações que hoje obtivemos dos Secretários já mencionados que o Governo está concedendo o aumento que pode conceder, entendendo que a situação inflacionária é a mais grave da história deste País, mas, a possibilidade que se apresenta vem esclarecida na Mensagem. E é o que pode atender o Governo do Estado.

E a Bancada do PMDB não está aqui tão simplesmente para se curvar à Mensagem ou para dizer amém à Mensagem, mas, está aqui para se preocupar com nove milhões de pa-

paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Grande Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 01/89. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta o Sr. Deputado Luiz Costa se pediu a palavra pela Ordem.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, existe dúvida quanto ao teor do requerimento que foi aprovado. Poderia a Mesa determinar a leitura pausada dele?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê o teor do requerimento).

Está em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Requerimento verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Requerimento chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após verificação de votação, vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Nós desistimos do pedido de verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Eu não desisto da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (prossegue com a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta e quatro (44) Srs. Deputados responde-

ram a chamada.

Há quorum para votação e prosseguimento da sessão.

Vai se proceder à votação do Projeto de Lei nº 01/89.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 02/89), que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 29 (vinte e nove), de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 001/89

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a fixar as tabelas de vencimentos relativos ao art. 1º desta Lei.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: David Cheriegate, Pedro Tonelli, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O reajuste do funcionalismo proposto é para vigorar a partir de 1º de janeiro do corrente ano. Mesmo com os novos percentuais propostos pelas emendas apresentadas por este Deputado subsiste ainda uma defasagem entre os níveis salariais dos servidores e a elevação das taxas de inflação e do custo de vida. A partir de fevereiro deverão ocorrer profundas modificações na economia nacional, inclusive em relação aos mecanismos de reajuste de salários, sendo, dessa forma, descabida a intenção do Executivo de arrogar-se o poder discricionário para estabelecer reajustes por decreto segundo seu arbítrio, sem ouvir os representantes de toda a comunidade paranaense e sem atender aos legítimos reclamos de um importante segmento dessa sociedade, a do funcionalismo.

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989, a exceção do disposto no Art. 2º, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: David Cheriegate, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso e Nereu Carlos Massignan.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

O Art. 2° do Projeto de Lei n° 001/89 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2° - Os vencimentos dos cargos da Magistratura, com vigência a partir de 05 de outubro de 1988, passam a ser os seguintes:

CARGOS	VALORES
Juiz Substituto	Cz\$ 300.000,00
Juiz de Entrância Inicial	Cz\$ 333.333,33
Juiz de Entrância Interm.	Cz\$ 370.370,37
Juiz de Entrância Final	Cz\$ 411.522,63
Juiz do Tribunal de Alçada	Cz\$ 439.814,82
Desembargador	Cz\$ 462.962,97

Art. 1° - A diferença de vencimentos entre as diversas classes de magistrados será de 10% (dez por cento), mantida a proporcionalidade estabelecida nos Incisos I e II do § 76 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2° - Os desembargadores não perceberão, a qualquer título, remuneração superior a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e nem inferior a 90% (noventa por cento) destes.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: David Cheriegate, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a aprovação de requerimento de preferência para votação do Projeto de Lei n° 001/89, no qual estava imbutida a fixação dos vencimentos da Magistratura, em flagrante violação a Constituição Federal, e tendo em vista que a aprovação do Projeto n° 001/89 prejudicará a votação do Projeto n° 322/88, de iniciativa do Poder Judiciário, para que a proposta daquele Poder, fixando os vencimentos dos seus cargos, possa ser apreciada por este Legislativo, foi ela incluída por esta emenda como um dispositivo do Projeto de Lei n° 001/89. Com isso preserva-se a autonomia do Poder Judiciário conferida pela letra "b" do inciso II do Art. 96 da Constituição Federal, vigente desde o dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação do novo texto constitucional brasileiro.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 04

O item IV do Art. 1° do Projeto de Lei n° 001/89 passa a ser o item III com a seguinte redação:

III - A partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar dos

três Poderes do Estado, exceto quanto os tratados nos itens acima, mediante o acréscimo do índice percentual de 131% (cento e trinta e um por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1989, e a partir de fevereiro mediante aplicação dos índices a serem estabelecidos para o reajuste dos assalariados de todo o País.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Nereu Carlos Massignan, David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

A variação do IPC em 1988 foi de 933,62%. No exercício, os reajustes concedidos pelo governo ao funcionalismo em geral foi 504%. Para repor a diferença acumulada ao longo do ano passado, o governo deveria conceder um reajuste de 85% em dezembro, mês em que os vencimentos ficaram congelados no patamar de novembro.

Janeiro é o mês do reajuste oficial do pessoal do Estado. Um reajuste de 25% além da reposição da defasagem ocorrida em relação ao IPC representa a concessão de um reajuste de 131% proposto pela presente emenda. É o mínimo que se deve dar para minorar a aflitiva situação dos funcionários estaduais que acumulam perdas de grande monta desde março de 1987.

O governo Álvaro Dias não pode justificar os baixos índices propostos em função de dificuldades financeiras. Os reajustes concedidos ao longo de 1988 foram de 504% acumulados, enquanto que a arrecadação do ICM teve um acréscimo de 2.500% de janeiro a novembro de 1988. Com efeito, em janeiro daquele ano a receita deste tributo foi de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzados; em novembro elevou-se para 30 bilhões de cruzados. A causa das dificuldades do tesouro estadual não é o pagamento do pessoal, portanto. Pode, como deve ter, outras origens mas não com as despesas do funcionalismo, a não ser que esteja ocorrendo uma desenfredda política de empreguismo ou de favorecimento absurdo de apaniguados ou privilegiados da administração pública.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 05

Fica suprimida do Art. 1° do Projeto de Lei n° 001/89 a redação final do item III, tendo em vista ser a matéria de iniciativa do Tribunal de Justiça, em conformidade com o disposto na letra "b" do inciso II do Art. 96 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Nereu Carlos Massignan.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 06

II - A partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, mediante o acréscimo percentual de 121,12% (cento e vinte e um vírgula doze por cento), dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, e a partir de 1º de fevereiro de acordo com os índices de reajustes estabelecidos para todos os assalariados do País.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, David Cheriegate, Nereu Carlos Massignan, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O índice proposto por esta emenda, de 121,12% cobre as perdas ocorridas em 1988 em relação à evolução dos índices do IPC acrescido de um reajuste de 25% para o mês de janeiro. Nos meses subsequentes os vencimentos dos ocupantes dos cargos do Ministério Público, e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas serão reajustados de acordo com o mecanismo que vier a ser adotado para o reajuste de todos os assalariados do País. A supressão dos vencimentos dos cargos da Magistratura decorre do fato de a matéria ser de competência do Tribunal de Justiça, de acordo com o que dispõe a letra "b" do inciso II do Art. 96 da Constituição Federal, que lhe confere autonomia para a fixação de vencimentos de seus membros, dos juizes inclusive dos tribunais inferiores onde houver, dos serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 07

I - A partir de 1º de janeiro de 1989 os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo de índice percentual de 111,27% (cento e onze vírgula vinte e sete por cento), dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e a partir de 1º de fevereiro de 1989 de acordo com os índices de reajustes salariais estabelecidos para todos os assalariados do País.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: David Cheriegate, Valderi Mendes Vilela, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O índice proposto de 111,27% cobre as perdas ocorridas em 1988, em relação à evolução dos índices do IPC acrescido de um reajuste de 25% para o mês de janeiro. Nos meses subsequentes os vencimentos do Magistério deverão ser reajustados de acordo com o mecanismo que vier a ser adotado a nível nacional. O reajuste de sala-

rios no País reflete-se no nível geral de preços, não podendo o Magistério paranaense ser ainda mais penalizado pela adoção da fórmula proposta pelo anteprojeto encaminhado pelo Executivo a esta Casa de Leis.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 08

Para efeito de diferença de vencimentos, fica mantida a proporcionalidade estabelecida no anexo II, Tabelas I, II e III do Decreto 4.215 de 28 de novembro de 1988.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) WERNER WANDERER,

DAVID CHERIEGATE,

EDMAR LUIZ COSTA e

BÁSILIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa manter a proporcionalidade existente desde a primeira lei que criou os cargos de Auditor e Procurador do Tribunal de Contas, eis que a diferença correspondente a cinco por cento (5%) é o percentual acatado pelo Colendo Tribunal de Justiça, que obedece preceito constitucional.

Necessário destacar que a presente proposição não acarreta, de modo algum aumento de despesas, em nada alterando a mensagem do Executivo no que diz respeito aos percentuais constantes no bojo da mesma. Resguarda unicamente fato, até mesmo historicamente mantido como se depreende das diversas leis de aumento do funcionalismo, bem como as tabelas baixadas por decreto.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 09

Acrescente-se, onde couber, os seguintes dispositivos:

Art. ... - Os Desembargadores não perceberão, a qualquer título, remuneração superior a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, nem inferior a 90% (noventa por cento) destes, a partir de 1º de fevereiro de 1989.

Art. ... - Os incisos II e III do § 3º do Art. 76 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com as alterações posteriores, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76 - ...

§ 3º - ...

II - Os Juizes de Direito de Entrância Final auferem 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos dos Juizes do Tribunal de Alçada.

III - A seguir, a diferença de vencimentos dos Juizes de Direito, de uma para outra entrância, é de 5% (cinco por cento).

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoio: Raul Lopes, Nereu Carlos Mas-

signan, Nelson Vasconcellos, Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de proposta conciliatória, a fim de preservar a harmonia e independência entre os Três Poderes.

A emenda retrata parte do contido no Projeto de Lei nº 322/88, originário do Chefe do Poder Judiciário, e não confronta com a mensagem encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo.

O segundo dispositivo é fruto de sugestão de autoria do Deputado Nilso Sguarezzi, aprovada por esta Casa e também pelo Poder Judiciário, que virá ao encontro das reivindicações dos Juizes do interior.

Tratando-se de emenda aditiva, nada impede a sua aprovação para posterior apreciação por parte do Governador do Estado, o qual poderá dialogar a respeito de sua sanção com o Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, dando fim a possíveis desencontros de ordem constitucional.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 10

Art. 1º - A partir de 1º de janeiro de 1989 os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas, dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar, vigentes em dezembro de 1988, serão reajustados, na forma abaixo pela variação acumulada do Índice de Preço ao Consumidor - IPC relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, neste período:

I - os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro próprio do Magistério, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 137,45% (cento e trinta e sete vírgula quarenta e cinco por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

II - as tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto nº 4215, de 25 de novembro de 1988, mediante o acréscimo do índice percentual de 157,26% (cento e cinquenta e sete vírgula vinte e seis por cento) calculada sobre os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto.

III - os vencimentos dos funcionários do Quadro do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 137,47% (cento e trinta e sete vírgula quarenta e sete por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

IV - os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros do Pessoal Civil e Militar, dos Três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 139,27% (cento e trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Art. 2º - A partir de 1º de janeiro de 1989, fica também assegurado a todo pessoal de que trata o Artigo 1º um aumento real de 6% (seis por cento) sobre os vencimentos já reajustados conforme o referido artigo, a título de ganho de produtividade.

Art. 3º - A partir de 1º de fevereiro de 1989 os vencimentos de todo o pessoal de que trata o Art. 1º desta lei serão reajustados mensalmente pelo acréscimo correspondente ao índice oficial da inflação ocorrida no mês anterior.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
DAVID CHERIEGATE,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
TADEU LÚCIO MACHADO e
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 11

Art. 1º - ...

I - Os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante acréscimo correspondente ao índice percentual de 137,45% (cento e trinta e sete vírgula quarenta e cinco por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
BÁSILIO ZANUSSO,
EDMAR LUIZ COSTA e
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 12

Art. 1º - ...

II - As tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto nº 4215, de 25 de novembro de 1988, mediante o acréscimo do

índice percentual de 157,26% (cento e cinquenta e sete vírgula vinte e seis por cento) calculada sobre os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
DAVID CHERIEGATE,
PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE N° 13

Art. 1° - ...

III - Os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 137,47% (cento e trinta e sete vírgula quarenta e sete por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
DAVID CHERIEGATE,
BASÍLIO ZANUSSO,
NELSON VASCONCELLOS,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO N° 14

Art. 1° - ...

IV - Os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos Três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 139,27% (cento e trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
DAVID CHERIEGATE,
BASÍLIO ZANUSSO,
NELSON VASCONCELLOS,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE N° 15

"Art. 2° - A partir de 1° de janeiro de 1989 os vencimentos de todo o pessoal de que trata o artigo 1° desta lei serão reajustados mensalmente pelo acréscimo

correspondente ao índice oficial da inflação ocorrida no mês anterior.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
PEDRO TONELLI,
BASÍLIO ZANUSSO,
NELSON VASCONCELLOS,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO N° 16

"Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos artigos 1° e 2°, revogadas as disposições em contrário, particularmente a Lei n° 8.756/88, de 19 de abril de 1988.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
VALDERI MENDES VILELA,
NELSON VASCONCELLOS,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
BASÍLIO ZANUSSO,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO DE N° 17

Art. ... - A partir de 1° de janeiro de 1989, fica também assegurado a todo o pessoal de que trata o artigo 1° um aumento real de 6% (seis por cento) sobre os vencimentos já reajustados conforme o referido artigo, a título de ganho de produtividade."

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
NELSON VASCONCELLOS,
BASÍLIO ZANUSSO,
PAULINO JOSÉ DELAZERI
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNARIO DE N° 18

Art. 1° - ...

I - a partir de 1° de janeiro de 1989 os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 84,98% (sessenta e quatro vírgula noventa e oito por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) dos referidos vencimentos vigentes em janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,

PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
BASÍLIO ZANUSSO,
DAVID CHERIEGATE,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 19

Art. 1° - ...

II - a partir de 1° de janeiro de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto n° 4215, de 25 de novembro de 1988, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92% (cento e doze vírgula noventa e dois por cento) e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 44,34% (quarenta e quatro vírgula trinta e quatro por cento) calculada sobre os vencimentos vigentes em janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
EDMAR LUIZ COSTA,
PEDRO TONELLI,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
BASÍLIO ZANUSSO,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
DAVID CHERIEGATE e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 20

Art. 1° - ...

III - a partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 98,71% (noventa e oito vírgula setenta e um por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) dos referidos vencimentos vigentes em janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
BASÍLIO ZANUSSO,
DAVID CHERIEGATE,
EDMAR LUIZ COSTA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 21
IV - a partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo do índice percentual de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos referidos vencimentos vigentes em janeiro de 1989.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
BASÍLIO ZANUSSO,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 22

Art. 1° - ...

I - a partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 64,98% (sessenta e quatro vírgula noventa e oito por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, retroativo a janeiro, corrigido monetariamente.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
NEREU CARLOS MASSIGNAN,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 23

Art. 1° - ...

II - a partir de 1° de janeiro de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto n° 4215, de 25 de novembro de 1988, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92% (cento e doze vírgula noventa e dois por cento) e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 44,34% (quarenta e quatro

vírgula trinta e quatro por cento) calculada sobre os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto, retroativa a janeiro e corrigido monetariamente.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
BASÍLIO ZANUSSO,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 24

Art. 1°-...

III - a partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 98,71 (noventa e oito vírgula setenta e um por cento) e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) calculada sobre os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto, retroativa a janeiro e corrigido monetariamente.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASSIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 25

Art.1°...

IV - a partir de 1° de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo do índice percentual de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e, a partir de 1° de março de 1989, mediante complementação, 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, retroativo a janeiro, corrigido monetariamente.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
DAVID CHERIEGATE,
NELSON VASCONCELLOS,
BASÍLIO ZANUSSO,

PAULINO JOSÉ DELAZERI e
01 ilegível.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 26
Fica suprimido o artigo 2° do Projeto de Lei n° 001/89, oriundo da Mensagem Governamental n° 02/89.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
BASÍLIO ZANUSSO,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASIGNAN,
e 01 ilegível.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 27
"Art. 2° - Ao fixar as tabelas de vencimentos a que se refere o art. 1°, o Poder Executivo, obedecerá, mensalmente, os índices fixados pela Legislação Federal, para efeitos de reajuste dos servidores da União."

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
BASÍLIO ZANUSSO,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASIGNAN,
e 01 ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 28

"Art. ... - O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da entrada em vigor da presente lei, publicará, através de Ato Administrativo, a relação completa dos servidores públicos estaduais da administração direta, autárquica e das fundações públicas que adquiriram estabilidade na forma do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil."

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) PEDRO TONELLI,
EDMAR LUIZ COSTA,
JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,
VALDERI MENDES VILELA,
DAVID CHERIEGATE,
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA,
NELSON VASCONCELLOS,
PAULINO JOSÉ DELAZERI,
NEREU CARLOS MASIGNAN e
01 ilegível.

EMENDA DE PLENÁRIO N° 29

Art. ... - Para efeito de fixação de

remuneração, nos termos dos artigos 135 e 241, da Constituição Federal, fica estabelecido, relativamente ao grau, entrância e classe em que se estruturam as carreiras da Magistratura, Ministério Público, Delegado de Polícia, Procurador do Estado e Procurador da Assembléia Legislativa do Estado, o seguinte critério de equivalência:

I - Juiz do Tribunal de Alçada - Procurador de Justiça, Delegado de Polícia de 1.^a Classe, Procurador do Estado Classe I;

II - Juiz de Direito de Entrância Final, Promotor de Justiça de Entrância Final, Delegado de Polícia de 2.^a Classe e Procurador do Estado Classe II;

III - Juiz de Direito de Entrância Intermediária, Promotor de Justiça de Entrância Intermediária, Delegado de Polícia de 3.^a Classe e Procurador do Estado Classe III;

IV - Juiz de Direito de Entrância Inicial, Promotor de Justiça de Entrância Inicial, Delegado de Polícia 4.^a Classe, Procurador da Assembléia Legislativa do Estado.

V - Juiz de Direito Substituto, Promotor de Justiça Substituto e Procurador do Estado Classe V.

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamto: Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela, Werner Wanderer, Ezequias Losso e Edmar Luiz Costa.

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos começando a discutir, em 2.^a Discussão, quando se trata regimentalmente de avaliar o mérito e não a constitucionalidade, como foi na tarde de ontem, da tão esperada mensagem que objetiva conceder as reposições salariais justas àqueles que permitiram o funcionamento do Estado do Paraná no ano passado, no ano de 1988, e que continuam com disposição para fazê-lo funcionar em 1989. A Mensagem Governamental certamente é completamente injusta, se nós vamos comparar com as necessidades básicas e com a situação salarial do passado dos próprios funcionários públicos, esta Mensagem precisa ser alterada e exatamente na sessão de hoje, as Bancadas de Oposição estão propondo que ela seja alterada para que uma justiça maior seja feita, para que os erros palacianos sejam corrigidos no que tange ao reconhecimento ao trabalho desenvolvido no passado pelos nossos funcioná-

rios públicos.

A Mensagem Governamental institui a trimestralidade. Está propondo 100% pagamento agora das reposições e mais 39 - em março.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e por que será? Por que será que nós agora vamos repor apenas daqui a três meses, a defasagem que já aconteceu no ano passado? O que vai valer 39% de reposição receber em março/abril. Não vai valer mais nada.

Portanto, na sessão de hoje, esperamos a compreensão da Bancada Majoritária, a compreensão e o bom senso para que nós reconheçamos e façamos justiça.

Façamos justiça da mesma forma que foi feito na sessão de ontem com outro projeto, o projeto do ICMS. O projeto do ICMS, que as partes interessadas foram convocadas, foram chamadas no plenarinho da Assembléia Legislativa, pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, foram tiradas as conclusões e o Palácio Iguazu deu sinal verde para que se apresentasse o substitutivo e esse substitutivo foi apresentado e aprovado na tarde de ontem, contemplando os ajustes necessários.

O mesmo procedimento esperamos que aconteça na sessão de hoje.

Houve uma discussão na tarde de terça-feira, no mesmo plenarinho, com as representações dos servidores públicos, foram tiradas as conclusões, foram propostos ajustes, hoje pela manhã se reuniram juntamente com a representação das bancadas aqui nesta Assembléia.

Todas as Bancadas foram convidadas, muitas participaram e temos à Mesa um substitutivo com os devidos ajustes, discutidos com as representações dos servidores públicos, de todos os funcionários públicos que compõem o Governo, o Poder Público do Estado do Paraná.

Portanto, esperamos desta vez, a mesma medida adotada na tarde de ontem com relação aos ICMS.

Vamos apreciar despidos de paixão, o substitutivo das oposições, proposto pelas oposições, mas eu espero que não vai ser das oposições, ele é o substitutivo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que corrige os erros, as defasagens do Palácio, da Secretaria das Finanças, com relação à Mensagem governamental.

É isso efetivamente que nós estamos esperando deste Plenário nesta tarde.

O substitutivo determina o seguinte: que a partir de 01 de janeiro de 1989, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão, em funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos membros da Magistratura,

do Ministério Público, o soldo dos integrantes da Polícia Militar vigente em dezembro de 1988, serão reajustados na forma abaixo pela variação acumulada do índice de preços ao consumidor, o IPC, relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título neste período. Os vencimentos dos integrantes do quadro próprio do magistério, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 137% dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

As tabelas de vencimento dos cargos da magistratura do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas anexas ao Decreto nº 4215 de 25.12.88, mediante o acréscimo do índice percentual de 157,26% calculado sobre os vencimentos nas tabelas do referido Decreto.

Os vencimentos dos funcionários do quadro do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, 137,47% dos vencimentos vigentes em dezembro de 88.

Propõe também que os vencimentos dos cargos dos diversos quadros do pessoal civil, militar, dos três Poderes do Estado, exceto os tratados nos itens anteriores, mediante o acréscimo correspondente de 139,27% sobre os vencimentos vigentes em dezembro passado, dezembro de 1988.

Outro artigo desse Substitutivo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, determina que a partir de 1º de janeiro de 89, fica também assegurada a todo o pessoal de que trata esse artigo, artigo 1º um aumento real de 6%. Seis por cento de aumento real sobre os vencimentos já reajustados conforme o referido artigo, a título de ganho de produtividade.

Creio eu que ninguém duvida, ninguém poderia questionar a necessidade de nós concedermos 6% de ganho real, ganho a título de produtividade.

O Substitutivo propõe também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a partir de 1º de fevereiro de 89 os vencimentos de todo o pessoal de que trata o artigo 1º dessa lei, seja reajustado mensalmente e não trimestralmente, mensalmente, pelo acréscimo correspondente ao índice oficial da inflação ocorrida no mês anterior. O sistema de gatilho, só que calculado mês a mês. Repõe no mês seguinte a inflação do mês anterior.

É compreensível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como que os funcionários públicos vão se sentir felizes no seu trabalho sabendo que o prejuízo que eles tiveram, a corrosão do seu salário, será reposta daqui a três meses, quando a inflação de três meses acumula mais que 100%, 150%, aonde a sua reposição só vai valer a metade. Uma medida completamente

justa... completamente justa.

E por fim este Substitutivo propõe no seu artigo 4º, ele propõe que essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos nos artigos 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário. Isto seria os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1989.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho que não há necessidade de muita explicação, justificção, para que compreendamos, para que este Poder assumira a responsabilidade para si e não se omita como aconteceu no passado, como aconteceu em abril do ano passado, quando este Parlamento assumiu para si o ônus de acabar com a URP para os funcionários públicos. Este Poder não pode mais assumir para si o ônus de dar ao Executivo, poder para conceder as antecipações por Decreto ou quando quiser ou quanto lhe convier. Está na hora deste Parlamento usar da sua dignidade, usar da sua prerrogativa, fiscalizar os atos do Executivo e fazer justiça aos funcionários públicos.

E fazer justiça é nada mais e nada menos do que aprovar essa proposta - modesta - modesta porque eu já afirmei nesta tribuna na tarde de ontem, que os números mostram, que somente nos últimos dois anos, nos dois anos do Governo Álvaro Dias, na média, os servidores públicos do Paraná sofreram um arrocho real de 134% na média. Somente durante os dois anos de governo Álvaro Dias sem contar o acumulado do período anterior que já vinha desvalorizando, já vinha corroendo os ganhos reais do salário do funcionalismo público do Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é o momento em que este Parlamento tem que tomar uma atitude corajosa, digna, uma atitude de independência. Ontem, tentamos quando procuramos apelar à Bancada Majoritária, para o respeito à nova Constituição, que foi ferida na tarde de ontem, quando tiramos da Magistratura, do Tribunal de Justiça, o poder que eles têm para tomar a iniciativa de Lei. Espero que, na tarde de hoje, não venhamos a cometer erro semelhante ou até pior. Porque aqui estamos tratando de coisa pública, dos servidores públicos, dos recursos públicos. Nós estamos tratando não é com meia dúzia, são 185 mil famílias de servidores que terão a sua vida em jogo. E eu aqui, quero concordar, quero fazer uso de uma frase dita no ano passado quando uma luta intensa que houve neste Parlamento, a luta pela autonomia universitária que foi ferida neste Parlamento também, quando era líder do PMDB, na época, o Deputado Caíto Quintana, e que foi à tribuna desta Casa defender a distribuição justa dos recursos quando discutíamos, na

época, ele dizia: que nós tínhamos, por obrigação, de reduzir os recursos das universidades que estavam gastando muitos recursos do Estado, para beneficiar aquelas escolinhas do interior, para pagar melhor os professores, para colocar em funcionamento aquelas escolas que estavam quase indo para a desativação. Eu ainda não esqueci do espírito do nobre Líder do PMDB, na época. E espero que agora se proceda da mesma forma, eu espero que agora nós vamos dar destinação justa aos recursos públicos do Paraná e vamos reconhecer e destinar os recursos àqueles que mais precisam, aqueles que ganham menos, que foram mais injustiçados durante a história, que ganham 200, 300, 400 mil cruzados por mês, e, se for possível, eu ainda mantenho, até prova em contrário, eu ainda mantenho aqui em nome do Partido dos Trabalhadores, a condenação aos gastos abusivos de pessoas, de empresas e de grupos econômicos às custas dos cofres públicos.

Não me admira um trabalhador ganhar, 5, 6, 7, 8 milhões da iniciativa privada, isso não me causa estranheza. Agora, dos cofres públicos me admira sim. Admira-me sim porque os recursos que estão nos cofres públicos é a penalização dos tributos que nós votamos aqui, são os coitadinhos que estão falindo lá no interior porque não podem pagar mais a carga tributária, é o que tem 25%, 30%, 40% dos seus ganhos tributados, são eles que pagam quando vão consumir, que pagam o tributo que as empresas repassam.

Então, neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos tratando da gerência dos recursos públicos, e os recursos públicos, têm que ser destinados àqueles que merecem, àqueles que são mais penalizados. Por isso que nós sempre condenamos, nós do Partido dos Trabalhadores, até os ganhos abusivos dos próprios Parlamentares e sempre combatemos, por que nós que temos o poder de gerenciar melhor os recursos públicos nós temos que dar o exemplo.

Eu acredito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Magistratura que lutou pelo seu direito líquido e certo durante um mês aqui neste Parlamento, que lutou com justiça, não estará exigindo absurdo, ela compreenderá se o Estado é um Estado aberto, se o Estado é um Estado transparente, ela compreenderá que um juiz em final de carreira não pode ganhar 6 milhões de cruzados por mês, não pode ganhar 5 milhões, não pode ganhar 4 milhões: vai ganhar 1 milhão e meio, 2 ou 3 milhões, e vai compreender.

Agora o que nós não compreendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que aumenta a tributação e diminui a arrecadação. Criam-se tributos e não se tem me-

canismos para operacionalizar essa tributação. Tributa-se, arrecada-se, tem lei que permite, cria-se loteria para ajudar o Governo e tanta coisa e cada vez o Estado alega que tem menos recursos.

Temos que dar explicação do que está acontecendo. Ou não estamos sendo capazes de arrecadar? Não está havendo eficiência administrativa? Ou então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não tem outra conclusão: os recursos que estão sendo arrecadados estão sendo mal distribuídos, mal aplicados, estão caindo nas mãos de alguns, e aqueles que precisam dos recursos, aqueles que com justiça merecem, como é a maioria dos funcionários públicos, eles não terão reconhecido o seu trabalho, e sua valorização.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta tarde é decisiva. Esta tarde vai decidir se o arrocho salarial dos trabalhadores do Paraná continua ou não. Quero que os Anais registrem que este Poder tem o poder de decidir. Se este Poder decidir hoje aqui pela Mensagem do Palácio na sua íntegra, está escrito na História Política do Paraná que este Parlamento é responsável, é co-responsável pelo arrocho salarial, pela miséria, pelo aumento da favela, pela marginalidade que vai acontecer amanhã ou depois.

Este Parlamento vai ser responsável.

Este Parlamento, se tomar uma atitude de inverter a história com relação aos trabalhadores do Paraná, não permitindo mais que o arrocho desenfreado continue, este Parlamento vai ficar marcado na História como um Parlamento que não permite mais que aumente a miséria, o desemprego, o subemprego, a marginalidade e a criminalidade neste Estado.

Em nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está o poder de decidir. Em nós, os nossos votos de "sentar" e "levantar", é que irão decidir se teremos ou não um futuro melhor para 185 mil servidores públicos do Paraná.

Por isso, responsabilidade, juízo, compreensão sem paixão, despedido de qualquer cor, de qualquer interesse, vamos olhar o interesse público e vamos decidir pelo melhor.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O Senhor Deputado Caíto Quintana está com a palavra para discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, a coerência e o ato do parlamentar me propicia a oportunidade de em todos os momentos desta Casa falar da mesma forma e defender os mesmos

princípios.

Fui citado pelo Líder do PT de que, na condição de Líder do PMDB na época, quando da votação da Mensagem Governamental que disciplinava a questão das universidades, dizia na época que tínhamos que pensar no Paraná como um todo e em todos os seus trabalhadores e disciplinar o gasto público, isto foi feito nesta Casa.

Lembro perfeitamente ainda, quando em anos passados, uma lei enviada a este Parlamento, fixava um teto máximo de cem mil cruzados ao servidor público do Paraná, não incidindo os aumentos àqueles que ganhassem mais de cem mil cruzados à época, uma Emenda minha criticada por muitos deste Plenário, que queriam ver o fixo, as vantagens adicionais por tempo de serviço, vinculadas nos cem mil cruzados, o que seria uma injustiça àqueles que durante a vida inteira, praticamente serviram o poder público do Paraná em muitos e muitos governos de diversos Partidos.

Muitas vezes, por pessoas que aqui estão, fui acusado de ser pai de "marajá", porque a minha Emenda beneficiava aqueles que na complementação de seu salário entre o fixo e as vantagens adicionais, ultrapassavam os cem mil cruzados, mas o fiz em reconhecimento de que salário não significa a formação total daquilo que ele ganha de fixo e das vantagens adicionais por tempo de serviço ou merecimento.

E ouvi agora, do Líder do PT, a apresentação do substitutivo que tomo conhecimento apenas neste instante e gostaria de imediato, para começarmos o encaminhamento da discussão dessa matéria, de perguntar, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente e servidores públicos que aqui estão, se o Líder do PT poderia me dizer agora, neste instante, quanto representa em termos numéricos a votação do Substitutivo apresentado há pouco naquela tribuna. Eu solicito, Deputado Pedro Tonelli, que deve ter feito um substitutivo agraciando categoria com 130 e poucos por cento, outras com 140%, outras retroativas mês a mês. Eu gostaria de perguntar a Vossa Excelência, se Vossa Excelência poderia declinar aqui, neste instante, quanto representa em números, quanto representa em despesa na folha de pagamento do Estado do Paraná, esses vencimentos que Vossa Excelência está propondo? E quando representa a arrecadação do Estado do Paraná? Vossa Excelência poderia citar-me os números?

O Sr. Pedro Tonelli - Posso, nobre Deputado Caíto Quintana.

Dá bem menos do que os 60 bilhões de cruzados que o seu Governo aplicou em obras para as empreiteiras sem empenho de orçamento. Portanto, é possível sim!

Manifestação das galerias.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa solicita às galerias que não se manifestem, sob pena de termos que mandar evacuar as mesmas se persistirem com aplausos ou apupos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu respeito à Presidência que tem de manter a ordem na Casa, o Regimento Interno.

No entanto, quero tornar claro a este Plenário composto por assistentes e Parlamentares, não me atingem e não me afetam os aplausos ou as vaias que possam surgir. Porque quando vim a este Poder, quando fui autorizado pelo povo do Paraná para exercer o meu mandato, vim aqui sabendo que entrei em uma Bancada do Governo, tinha a obrigação de lutar pelas causas do povo do Paraná.

E ser Governo, é ser antipático muitas vezes àqueles que pleiteiam reajustes melhores.

Mas, nos cabe a obrigação de analisarmos a possibilidade econômica do Estado do Paraná para pagar aquilo que pretende ou para poder pagar aquilo que pode. E colocaria de imediato: o Estado do Paraná tem comprometido 50 bilhões de cruzados com a Folha de Pagamento e tem uma arrecadação de 40 e poucos bilhões de cruzados.

Eu colocaria desta tribuna a este Parlamento, formado por diversos Partidos Políticos, o que é mais importante ao servidor público do Estado, seja na esfera federal, seja na esfera estadual, seja na esfera municipal, porque o próprio PT que vem aqui propor 150% de vencimentos, 130%, 120%... teve também uma esfera da administração para pagar e atrasou os vencimentos com a Prefeita Luiza Fontenelli que nem sequer pagar os funcionários no fim do mês pode. E aqui, recentemente, os jornais estão nos mostrando, no dia de hoje, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e a vida administrativa e financeira da esfera estadual é a mesma que rege a esfera financeira municipal ou federal, repito. O Prefeito Roberto Requião, ao entregar o mandato, enviou à Câmara Municipal um pedido de aumento ao Funcionalismo Público Municipal de 85% aproximadamente.

O prefeito Jaime Lerner - e não o estou criticando neste instante porque é o responsável atual pela condução dos destinos econômicos do Município de Curitiba - pediu a devolução da Mensagem para estudar, mostrando que os cofres do Município de Curitiba, não tem condições de pagar o aumento de 85%.

E, invocando uma coisa a mais, que estão nos jornais de hoje uma declaração, invocando um instituto que a Oposição não invocou em momento algum no dia de ontem, e que o Governo do Estado do Paraná não está invocando, também, na Mensagem que

enviou aqui, de que a Constituição Federal está explicitando que a despesa com pessoal não pode sobrepôr a 65% da arrecadação efetiva do Poder Público. Com o aumento proposto, agora, pelo Governador Álvaro Dias, de 100% ao funcionalismo público do Estado do Paraná, nós estamos atingindo aproximadamente 120% da arrecadação do ICM do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, por isso, Srs. Parlamentares, a Constituição, quando se cobra dela de que é intocável, de que não pode ser ferida, de que tem que ser cumprida, se existe isso para acusação do Governo do Estado, poderia existir também do Governo do Estado para simplesmente diminuir o aumento proposto ao funcionalismo, invocando o artigo constitucional que diz que nós não podemos ter despesa de pessoal superior a 65%.

Mas, nós temos que entender uma coisa: acho que o servidor público do Paraná, como todo trabalhador brasileiro está sofrendo arrocho salarial, acho que nós temos que lutar pela melhoria do salário no Brasil. Mas, acho e me perdoem os trabalhadores do Paraná que aqui estão, lutando pelos seus direitos legítimos e por isso que eu disse que não me preocupa o aplauso ou a vaia, na hora de defender o encaminhamento da votação, a Mensagem Governamental, que nós temos sim, 185 mil servidores públicos no nosso Estado.

Mas, nós temos sim, aproximadamente 6 milhões de paranaenses que lutam no dia-a-dia na construção civil, na agricultura, como empregados do comércio, como empregados da indústria, como bôias-frias, como trabalhador volante e que ajudam a render o ICM do Estado que por certo não iriam concordar que toda a massa trabalhadora do Brasil, na aquisição de tudo aquilo que o seu suor produz neste Estado, seja gasto exclusivamente para manter a máquina do serviço público.

Não acredito que nós estivéssemos aqui, nesta Casa, correspondendo às expectativas dos trabalhadores do Paraná, daqueles que não são servidores públicos, mas que trabalham nas suas profissões, ajudando a gerar a riqueza que gera o imposto deste Estado. Se eles estivessem aqui para dizer que nós estaríamos sendo bem parlamentar, se nós, pela pressão de galeria ou pela pressão de classe não tivéssemos a coragem de defender o dinheiro sagrado, produzido pela mão daquele que trabalha e que, também, um salário-mínimo irrisório, defasado, de quarenta e poucos mil cruzados por mês, condição que o servidor público em nenhuma categoria tem.

Ora, Sr. Presidente, ora, Srs. Parlamentares! Nós, dentro deste Parlamento temos uma obrigação. Independente da simpatia ou independente da antipatia que o

nosso pronunciamento possa gerar, porque as platéias mudam! Eu já vi mudar muitas vezes! O pronunciamento do Pedro Tonelli é um emaranhado daquilo que muito fala e não faz coerência, porque há pouco falou aqui que se estivesse defendendo os salários de quem ganha mais de 200 mil cruzados, que tem que fazer equiparação, é a pregação, inclusive, do seu Partido, de que haja uma proximidade salarial, de que se possa ajudar àqueles que estão numa escala mais abaixo do salário para que eles subam e os que estão mais em cima, diminuam. No entanto, custando a antipatia de uma classe que eu defendi, aqui nesta Assembléia durante todos os meus mandatos e da qual eu pertenco como serventuário da justiça, nós, ontem, tivemos que encerrar e votar contra a Mensagem da Magistratura. E a Mensagem da Magistratura dava um aumento muito maior do que cem por cento que estão sendo propostos para aqueles que ganham, como servidores públicos. Mas, no entanto, o aumento dado à Magistratura puxa o aumento dado à Procuradoria, ao Tribunal de Contas, ao Tribunal de Alçada, aos delegados, aos funcionários desta própria Casa, mais graduados e sai do mesmo caixa. Sai do mesmo caixa! Que paga o ascensorista da Assembléia, a zeladora que limpa este plenário. Sai deste mesmo caixa! E no entanto, ontem, quando a nossa Bancada votava apenas um requerimento de prioridade de votação, quem nos vaiou foram as galerias a que estávamos defendendo para votar antes o aumento do servidor público e deixarmos para a segunda discussão o aumento da Magistratura. Não foram os juizes nem os promotores, que se portaram decentemente, que assistiram, que estiveram na tribuna. Não. Quem nos vaiou foram exatamente aqueles que nós tentávamos defender na inversão de preferência na ordem de votação.

Por isso, não me preocupa o aplauso fácil, a vaia gratuita, porque muitas vezes aqueles que a fazem não têm a real consciência da atitude que nos cabe tomar aqui neste plenário. Venho defender, sim, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o aumento possível a ser dado este ano. O aumento possível a ser dado nesta mensagem, porque ouvi também aqui quando se falou da criação do imposto sobre veículos. Só que o imposto sobre veículos não entrou no caixa do Estado até agora. Veio aqui se argumentar que os 5% do imposto de renda que ficará para o Estado, viesse somar para o aumento proposto do Governo. Mas qualquer Parlamentar consciente sabe que esse dinheiro não entrou no caixa do Estado ainda. Vi aqui se colocar que o ICMS a ser votado na 3.^a discussão nesta sessão esteve representando aumento aos cofres do Estado como receita para pagar o projeto que está votando agora. Esse ICMS não en-

trou nos cofres do Estado ainda.

Por isso, a mensagem governamental sabiamente diz, Srs. Parlamentares, que propõe um aumento de 100% e propõe a continuidade de acordo com a possibilidade da arrecadação do Estado do Paraná, propor aumentos seqüentes aos servidores do nosso Estado.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Caíto Quintana, tenho uma profunda admiração por Vossa Excelência. Fomos companheiros de bancada e sei que Vossa Excelência está sempre bem intencionado em seus pronunciamentos.

No entretanto, alguns fatos narrados por Vossa Excelência hoje não estão batendo com a realidade do Paraná.

Fala-se bastante em que a folha de pagamento, se aceita a proposta da oposição, superaria em muito a arrecadação do Estado. E cobrou Vossa Excelência do Deputado Pedro Tonelli que apresentasse um cálculo de quanto implicaria o aumento de despesa se aprovado o substitutivo.

Esse cálculo pode ser feito, evidentemente. Mas também pode ser feito um cálculo que o Estado está sonhando. Até agora não se fechou o balanço de 1988 para se saber quanto a Secretaria da Fazenda recebeu, quanto gastou e no que gastou. É importante. A Secretaria da Fazenda é o órgão mais nebuloso do Governo do Estado do Paraná e, faço aqui uma comparação, nobre Deputado. Foi o próprio Governo a nível Federal, que instituiu a URP, obrigando as empresas privadas a concederem aumento mensal aos seus empregados.

Não perguntou o Governo aos empresários, à iniciativa privada, de onde sairia o dinheiro, de como sairia o dinheiro. As empresas particulares tiveram que cumprir os contratos e hoje todo mundo sabe, como regra geral, podem existir exceções, a empresa privada está pagando muito melhor do que o Poder Público.

Mas o Poder Público impôs à empresa privada a procura de recursos. E eu pergunto, porque o Governo do Estado do Paraná não analisa mais profundamente o que está acontecendo com a arrecadação do Estado? Por quê? Porque temos um Secretário da Fazenda incompetente e inoperante.

Enquanto ele estiver, já disse, ele estará preparando o enterro do Governador Álvaro Dias.

Ele que traga os dados reais do que aconteceu em 1988 e, é também obrigação da Secretaria da Fazenda fazer a projeção em quanto aumentará a arrecadação do Estado do Paraná nos próximos meses em virtude dos novos tributos. Aí sim, poderemos cobrar da oposição também o cálculo relativo às despesas.

A grande verdade é que ninguém sabe no Estado do Paraná quanto está se arrecadando e quanto deveria ser arrecadado. E qual o motivo da defasagem na arrecadação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

E digo a Vossa Excelência que o Orçamento do Estado do Paraná é apreciado nesta Casa e evidentemente nós teremos a oportunidade de apreciar a cobrança de Vossa Excelência os fatos de quanto representará. E coloca Vossa Excelência o verbo no devido lugar, "quanto representará" a arrecadação para o Estado do Paraná na seqüência com a criação do imposto sobre circulação com aplicação daquilo que a Constituição Federal permite, nós teremos real condição de saber no instante que entrar em vigência a aplicação prática dos recursos advindos do resultado da nova Constituição. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vivemos e viveremos, nos estados e municípios, e nós hoje temos uma pluralidade de prefeitos de partidos diferentes, no Brasil inteiro, para podermos acompanhar o comportamento, nesses municípios, da forma de ação, da condução econômica das parcelas do Poder Público Municipal. Nós viveremos nos meses de janeiro, fevereiro e março, possivelmente, a grande dificuldade do poder público, a nível estadual e municipal. Por quê, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares? Por quê, estimados servidores públicos? Porque a Constituição Federal, entrando em vigência, transfere aos estados e aos municípios a obrigação de cumprirem as normas e os preceitos constitucionais. Eu daria um exemplo prático e claro: nós, nos estados, estamos obrigados a pagar, conforme determina a Constituição Federal, um terço a mais de salário nas férias dos servidores, como as empresas, nas férias de seus trabalhadores. Isso representa despesa, no entanto as normas que regulamentarão a entrada de dinheiro para fazer frente às transferências e encargos do Poder Federal para o Poder Estadual não estão em vigência ainda, prova é que nós estamos votando apenas hoje, em 3ª discussão, o ICMS. Então é evidente que teremos meses em que o Poder Público Estadual e Municipal terão grande dificuldade financeira para poder fazer frente aos encargos transferidos pela Constituição Federal, enquanto não puderem contabilizar as Receitas que a Constituição Estadual possa dar aos municípios, em sua prática.

Pela ordem, concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço a Vossa Excelência e quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo pela grande colo-

cação que faz, nesta tarde, na Assembléia Legislativa do Estado.

Deputado Caíto, observando, ontem as ponderações da Oposição, aqui neste Poder Legislativo, nós podemos constatar que existem várias contradições, das Oposições, aqui, neste Poder.

1º: - acho que o comportamento de todos os segmentos da sociedade, seja de qual categoria for, tem que existir a postura e a responsabilidade do compromisso. E poderia lhe dizer de que ontem observava o ilustre Deputado do PT, quando defendia, através da sua postura, as condições dos Magistrados do Paraná. E existe, registrado, nos Anais deste Poder Legislativo, quando o ilustre representante do PT criticou, muitas e muitas vezes o Poder Judiciário do Paraná, e que aqui aparteei, e muitas defesas nós fizemos com relação ao Poder Judiciário do Paraná; é uma das contradições.

Hoje, nós presenciamos, estampados nos jornais da imprensa do Paraná os momentos que vive o atual Prefeito, como Vossa Excelência acabou de citar, Jaime Lerner; mas existe outra contradição, ilustre Deputado: ontem, o atual vice-Prefeito e Deputado Estadual de Curitiba, Algaci Túlio, defendia, do outro lado da tribuna de Vossa Excelência, questionando a situação do aumento do Governador do Paraná, Álvaro Dias, aos servidores do Estado. Em contrapartida, nós observamos o desespero do atual Prefeito de Curitiba, e que seu vice aqui, critica o aumento de 100% do Governador Álvaro Dias, aos servidores.

Irei mais além, não existe nenhum anúncio do Governador Álvaro Dias, ameaçando demissões, para enxugar a máquina administrativa, dos servidores públicos quando se anuncia na Prefeitura de Curitiba demissões para enxugar a máquina administrativa Municipal. Isto sim gera um problema social, o Governo Álvaro Dias não está procurando um problema social, está apenas trazendo uma mensagem aos funcionários públicos do Paraná de um aumento salarial. É bom que se saiba, ilustre Deputado Caíto Quintana, nós que vivemos hoje, num momento como Vossa Excelência frisou de Governo de situação, mas Vossa Excelência, como eu vivi também durante 20 anos sendo oposição das épocas mais difíceis deste País, enfrentando os regimes de Ditadura, aonde não se permitia inclusive que os funcionários públicos e os líderes sindicais tivessem acesso à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que discutissem o assunto, conversassem com os Deputados. Hoje, são frutos do PMDB, que hoje marginalizado, criticado, mas nada melhor do que o tempo para dar condições para que a própria população, os próprios servidores municipais, ao chegarem este

momento em que vivemos, não só no Paraná, mas neste momento em termos nacionais, para que haja um entrosamento entre todas as categorias, o Legislativo, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte e permito um aparte ao Deputado Sabino Campos.

O Sr. Sabino Campos- Deputado Caíto Quintana, eu só queria colocar algumas coisas, que talvez não seja do conhecimento de todos os Senhores Deputados ou talvez não seja de conhecimento por interesse de alguns Deputados. Por exemplo, o que se fala do adicional do Imposto de Renda para pagar o aumento a ser dado agora em janeiro.

Acho que não sabem que ainda isso virá a ser recolhido aos cofres públicos a partir das declarações de rendas, que serão feitas nos meses de abril e de maio.

É neste momento que os ganhos de capital e as empresas jurídicas pagarão 5% de adicional sobre o Imposto de Renda, não sabem alguns Deputados ou não querem saber que o ICMS que votamos hoje, é para ser implantado no Estado do Paraná a partir de 1º de março, que começará a fluir aos cofres do Estado a partir do dia 20 de abril, aproximadamente, até o final do mês.

Então, Senhor Deputado, alguns Deputados propõem algumas coisas sem saber como é que vai funcionar, defendem aquilo que lhes interessa, não querendo saber na realidade o que acontece. E nós, para esclarecer ao Senhor Deputado, no mês de janeiro a previsão de recolhimento de ICM do Estado do Paraná é de 50 bilhões de cruzados, e com o aumento a ser dado aos servidores públicos, há uma previsão de gastos de 54 bilhões de cruzados. Mas, o adicional de um terço dado àqueles que entram em férias nesse período, principalmente a maioria do magistério, dá mais de 7 bilhões de cruzados.

Portanto, teremos no mês de janeiro mais de 11 bilhões de déficit em cima da arrecadação para o pagamento dos senhores funcionários públicos, que na realidade chega a 120%, que Vossa Excelência defendeu.

Por isso Senhor Deputado, a crítica daqueles que não sabem o que querem, mas sabem onde querem chegar, não deve nem ser considerada, porque se tivessem conhecimento realmente de como fluirá esses recursos ao Estado, não defenderiam o aumento dos funcionários em cima de impostos que virão daqui há 3 ou 4 meses.

Era isso e parabéns pelo seu pronunciamento nobre Deputado.

O Sr. Pedro Tonelli- Inscrevo-me num aparte, nobre Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência. Gostaria de concluir os minutos que me restam, dizendo aos funcionários públicos do Estado do Paraná, com defasagem ou não o Estado do Paraná é um dos Estados da Federação que procurou mais perto cumprir os reajustes salariais dos nossos servidores.

O grande Estado de São Paulo, cheio de recursos, cheio de indústrias, aonde nós somos isentos dos produtos primários, gerados aqui no Estado do Paraná, por um parque industrial pequeno. O Estado de São Paulo uma industrialização tributa e nos vende de volta e fica com a arrecadação naquele Estado, pois, o Estado de São Paulo deu a menos do que o Estado do Paraná, não manteve as URPs, deu trimestral. O Governo Álvaro Dias está propondo um aumento de 100% possível neste instante aos nossos Servidores, falando da reposição de 34% em março, porque em março possivelmente começam a fluir recursos e propondo um aumento de acordo com o aumento da arrecadação do Estado do Paraná.

Pois bem, façamos um grande mutirão para podermos responder, inclusive, ao Deputado Edmar Luiz Costa que pergunta porque não se arrecada mais. Façamos um grande mutirão, nós, servidores públicos. Os homens da fiscalização também são servidores públicos. Vamos acabar com as sonegações que existem no Estado do Paraná, para que o nosso ICM arrecadado seja mais geral. Vamos procurar dar mais receita ao nosso Estado para que possamos juntos cobrar. Servidores públicos, na hora em que nós sentirmos que a arrecadação do Estado do Paraná aumentou conte com a nossa Bancada, porque nós estaremos aqui cobrando do Governo o aumento ao servidor de acordo com o aumento da nossa arrecadação. Mas, não podemos, sob hipótese alguma, admitir que o Paraná venha pagar 54 bilhões de cruzados para a folha de seu pessoal, quando a arrecadação é apenas de 50 e no proposto pelo substitutivo aumenta muito mais, quer dizer, nós caímos no risco do servidor público do Paraná chegar no dia de receber e não poder receber porque uma coisa a Oposição teria que estar criticado: o Governo do Paraná fez antecipação de receita no ano passado para poder pagar o 13º dos funcionários. Mas, é a falência do poder público pelo sistema concentrador de receitas do Plano Federal, que me parece, começará a reverter a partir de aplicação prática da nova Constituição. E nós temos prefeitos aqui no Plenário de outros partidos e nós temos prefeitos que tiveram que arcar com algumas, até, irresponsabilidades de prefeitos do PMDB, que ao saírem propuseram aumento de

100, 90, cento e poucos por cento, aos funcionários públicos municipais e os prefeitos sabem, embora de outros Partidos, que não há caixa no município para pagar. O Estado também sabe disso, nós não podemos agradar, seria lógico, seria fácil ao Governo, pedir-se 134% e o Governo dizer: não, vocês querem 134% e nós vamos dar 150%. Afinal de contas, um Governo também é político e o Governo que agrada é um Governo que tem respaldo, mas, acima de ter respaldo político tem-se a obrigação de gerir os recursos do Estado naquilo que é possível. Seria irresponsabilidade colocarmos como paranaenses alguém para administrar o Estado do Paraná que propusesse, levianamente, aumentos, aumentos e mais aumentos sem saber de onde vão sair recursos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, vamos todos nós cobrar, vamos fiscalizar os aumentos de arrecadação, advindos da reforma Constitucional, e em cima desse aumento de arrecadação do Estado do Paraná vamos pedir o aumento dos servidores públicos sempre no instante em que o Estado, que é nosso, do trabalhador, do bôia-fria, do servidor público, do Parlamentar e do Governador, tiver caixa para pagar. Porque não há condições de se pagar sem ter dinheiro. Uma empresa particular sabe disso, no instante em que sua folha de pagamento atingir seu limite da sua venda ela estaria falida. O poder público está falido há muito tempo, precisa se recuperar, pondo em prática a reforma tributária, preceituada pela Constituição Federal.

Mas, há de se reconhecer aqueles que tiveram o propósito de, fazendo parte da máquina administrativa do Estado do Paraná, de fazê-lo grande, de fazê-lo pujante, de fazê-lo forte, de que este Estado nos deu orgulho, como paranaenses, de ser um Estado crescente da Nação brasileira, de que não é possível comprometer mais do que está comprometendo.

Nós precisamos sim fiscalizar o aumento da receita, nós precisamos sim, Senhores Servidores que aqui estão, porque o próximo item a ser votado nesta pauta, é o item que institui o ICMS no Estado do Paraná, em outras palavras, é o item que vai nos dar a receita para poder pagar o nosso servidor.

Nós esperamos que a Oposição também ajude neste Plenário a votação desse novo item, que será votado breve para que o Estado do Paraná tenha as fontes de receita para poder pagar o seu servidor, porque de forma alguma nós poderemos aqui, uma vez na tribuna pedirmos aumento para o servidor e na outra vez na tribuna queremos fazer média perante as classes produtoras, tentando a isenção dos seus impostos do

ICMS. São dois pesos e duas medidas que este Plenário poderá ver no dia de hoje, porque não há o pagamento de uma fonte, se não existir a vertente que é de onde há de vir o dinheiro para pagar esta fonte cobrada.

Vamos acompanhar até o fim esta sessão plenária, a nossa Bancada tem a consciência de que está representando os mais legítimos interesses do Estado do Paraná. A nossa Bancada tem a consciência de que muitas e muitas vezes atravessou a rua até o Palácio Iguazu, para em silêncio, sem discursos demagógicos, tentar mostrar ao Governo que tinha que aquinhoar melhor o nosso servidor e lhes dou um exemplo, porque o servidor público do Paraná é capaz, a primeira mensagem a ser enviada nesta Assembléia, fixava um teto de 84% de aumento ao servidor público paranaense. Os integrantes das Associações foram dialogar com o Governo, mas a Bancada do PMDB muitas e muitas vezes atravessou a rua, foi ao Palácio falou com o Secretário da Administração, falou com o Secretário da Fazenda procurando mostrar que 84% seria um arrocho tremendo ao servidor público e graças a isso, no retorno do Governador Álvaro Dias a mensagem veio para cá fixando em 100% o aumento.

Por isso que eu não acredito que essa Bancada que está aqui pensando no melhor, que essa Bancada que sempre esteve aberta para o diálogo, para o encaminhamento das propostas que possam valorizar os trabalhadores do nosso Estado, que essa Bancada mereça váia daqueles que sempre defendeu e daqueles com quem sempre estará junto. Nós estaremos dispostos sim a lutar neste Parlamento para que o Estado do Paraná melhore o seu perfil econômico, para que o Estado do Paraná melhore a sua arrecadação, para que o Estado do Paraná possa propor melhoria salarial ao Servidor Público do nosso Estado.

Nós estaremos aqui cumprindo o nosso dever e nós estamos aqui penalizados no dia de hoje, porque as categorias que sempre defendemos com justa razão, hoje nos viram as costas, porque infelizmente não podemos acompanhar as propostas que não analisaram de onde sairá o dinheiro para pagar a folha.

Cabe-nos, como Bancada que atravessa a rua para conversar o quanto representa a receita deste Estado, procurarmos defender a continuidade do crescimento harmônico do Estado do Paraná e com aplausos ou com vaias, saibam os servidores públicos que a Bancada do PMDB, estará cobrando sempre do Governo do Estado que o nosso servidor receba o salário digno que merece e quer o nosso Estado não pratique nunca o dispositivo constitucional que prevê em 65% do ICM o pagamento com folha de pessoal, por

que isso sim iria representar o arrocho ao trabalhador ou dispensa em massa do servidor público do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Parlamentares e nós temos certeza de que haveremos de cumprir o nosso dever, votando a mensagem de aumento ao servidor público e votando também a mensagem que dará os recursos ao Estado do Paraná para pagar esse mesmo servidor que é a instituição do ICMS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Gernote Kirinus, a Mesa registra com satisfação a presença do Prefeito eleito de Sarandi, Hélio Gremes e sua senhora, a convite do nobre Deputado José Alves.

Ainda a Mesa registra com satisfação também a presença do nosso ex-colega, atual Deputado Federal Airtton Cordeiro que tanto engrandeceu esta Casa.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Também, Senhor Presidente para registrar em nosso meio hoje, a presença do Prefeito Manfredo Knapp, do município de Santo Antônio do Sudoeste, eleito também pelo nosso Partido, o PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antecipo minha intenção, Senhor Presidente, de ser breve, até porque depois das brilhantes palavras do nobre Deputado, ex-Líder, Caíto Quintana, pouca coisa nos resta a considerar.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Bancada do PMDB merece registrar nos Anais desta Casa, desta Assembléia um desagravo. Nós, ontem, passamos realmente uma verdadeira tempestade, mas pautados nos princípios de quem não são lè (?), mas também procura se orientar pela sabedoria da Constituição das Humanidades que é a Bíblia, no provérbio 18, 17, seqüência, nós temos sábias palavras, quando nos diz: "Poderá passar por inteligente aquele que souber calar a boca". Quando nos diz também na seqüência: "Sede, portanto, prontos para ouvir e tardios para falar".

Realmente, ontem, Senhor Presidente, a platéia estava favorável aos discursos. Realmente ontem a emoção dos aplausos e das vaias tomaram conta do raciocínio e da razão para tornar-se uma sessão realmente emotiva.

E quando a emoção toma conta a razão recua. Nós vimos ontem aqui colegas Deputados de outros partidos fazendo, inclusive, apologia do nosso programa de

Partido, do PMDB, que aliás muito nos orgulha. Portanto é um programa realmente sério que mereceu até o respeito de nossos adversários.

Vimos companheiros, ex-companheiros, recentemente saídos a fazer apologia das palavras do nosso ilustre Presidente, Ulysses Guimarães, que aliás também nos orgulha porque pelo menos no discurso o Dr. Ulysses Guimarães também é bom. Nós vimos fazerem aqui apologia da Constituição recentemente aprovada, instalada e outorgada neste nosso país em 5 de outubro e diziam de que nós do PMDB éramos covardes, de que nós do PMDB estávamos querendo rasgar a Constituição.

Tudo isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu atribuo não à má fé, não à maldade, não à simples intenção de querer agredir aqueles que estavam olhando com suas consciências um projeto sério, tentando acompanhar um Governo também sério, um Governador que tem se mostrado constantemente contrário aos abusos, aos marajás, aos abusos que se faz com o erário público.

Eu acredito que muito mais do que isto foi entusiasmo do aplauso. E realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, permite-me o nobre Deputado Erondy Silvério, que foi um dos meus grandes opositores aqui, quando eu estava nesta mesma tribuna, agredindo talvez embalado pelos mesmos aplausos, dos mesmos que ontem aplaudiram, dos mesmos que carregaram e acompanharam o Cristo montado no jumento entrando em Jerusalém, foram os mesmos que gritaram: "Esse para a cruz, salve Barrabás".

Senhor Presidente, nobre Deputado Erondy Silvério, eu hoje reconheço e constatei também com meus recentes saídos companheiros do Tucano que confirmaram na minha presença ainda ontem em comentário de bastidores de que o discurso de Oposição é muito mais fácil, realmente.

É muito mais fácil o discurso de Oposição sim, Senhor Presidente.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento). Agradeço a Vossa Excelência e não pretendia efetivamente discutir a matéria, mas como Vossa Excelência citou o meu nome e me pediu excusas pela oposição que fazia ao então Governo Ney Braga do qual era líder. Eu quero esclarecer a Vossa Excelência que ontem eu fui vaiado na Casa porque votei pela postergação da apreciação de uma Mensagem do Poder Judiciário que prejudicaria a Mensagem do aumento do funcionalismo público e, por isso, eu fui vaiado.

Mas, estou muito contente comigo mesmo porque é a coerência que tenho demonstrado ao longo da minha vida pública. Os mesmos

óbices, as mesmas dificuldades que encontrou no passado o Governador Ney Braga para atender aquilo que precisa o funcionário público para viver decentemente, e isso nós reconhecemos. As mesmas dificuldades, os mesmos óbices que enfrenta o Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, e que ontem um dos seus correligionários criticou cruelmente o Governo do Estado com relação à Mensagem do funcionalismo, esquecido que o Prefeito Jaime Lerner tem que agir com o mesmo rigor de Álvaro Dias para manter equilibrada as finanças do Estado, porque atrás do funcionalismo está o interesse da sociedade Paranaense.

Nós reconhecemos que todos precisam ganhar mais, mas nós também vimos hoje na primeira página dos principais jornais do País um verdadeiro libelo contra a fúria fiscal do Governo, e neste libelo um elogio ao Governo do Paraná que soube reconhecer no momento preciso as dificuldades que enfrenta a sociedade, que é a verdadeira estrutura do Poder Público. Quem produz é comércio, indústria e agricultura. Sobre os seus ombros estão os encargos dos poderes públicos do País.

Então, os governadores que tem consciência de como distribuir os poucos recursos públicos não podem ir atrás do aplauso fácil. Quero cumprimentar a valerosa Bancada do PMDB nesta Casa que ontem foi estilingue e hoje é vidraga, mas está consciente do verdadeiro papel do governante, que é atender todos os segmentos da sociedade paranaense. É lamentável a atitude de alguns Deputados, como o Deputado Pedro Tonelli que, instado a declarar, e não poderia deixar de fazê-lo porque é um Deputado, quanto representaria o Substitutivo no aumento de despesas do Estado, preferiu vir com uma figura de retórica: É, uns 60 milhões. Isso não é resposta de um Deputado preparado: é resposta de um demagogo, é resposta daqueles que gostam do aplauso fácil.

Por isso, a minha posição, Senhores Deputados é a mesma de quando eu era líder do Governo Ney Braga, porque os homens não podem mudar o seu comportamento. A História os julgará na devida oportunidade.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, só que com uma diferença que Vossa Excelência até agora só colheu as vaías e eu ainda às vezes colhi os aplausos no passado. Hoje colho as vaías junto com Vossa Excelência.

Mas eu dizia que devemos ser prontos para ouvir e tardio para falar. É um conselho sábio que nos traz o Verbo Divino. É um conselho sábio até por que eu não gostaria de me antecipar ao que vai acontecer ao funcionalismo público municipal de Cu-

Curitiba, tampouco vou falar do que poderá ocorrer com a Prefeitura de Porto Alegre, de São Paulo. Eu me limito a ouvir, a observar e ser muito tardio para falar porque ontem mesmo diziam aqui que o Governo do Estado tem dinheiro para pagar as empreiteiras e não tem para suplementar a folha de pagamento dos funcionários públicos.

No entanto, isso não condiz com a verdade, não condiz porque eu mesmo, como Deputado do Governo, fui solicitado para que façamos, e todos nós fomos solicitados para fazer gestões junto ao Governo para que se pague em dia as empreiteiras porque não agüentam mais fazer obras sem receber.

Nós temos dificuldades com as empreiteiras, no entanto, o Presidente da APUEP da Associação Paulista das Obras de Empreiteiros de Obras Públicas em São Paulo, ficou surpreso que na primeira reunião a Prefeita Erundina já passou cheque pagando tudo. Nós fomos criticados por pagar os empreiteiros, aqui, ontem. Isso está na "Gazeta do Povo" de ontem. Por isso eu prefiro ser prudente, pronto para ouvir, e tardio para falar e por isso nós agüentamos ontem, com muita paciência, com compostura, com responsabilidade os discursos que nos acusavam de todas as pontas, nos olhares repressivos daqueles que em 1990 haverão de abrir as nossas urnas e contar nossos votos, sendo apoiados por aqueles que sempre estão aí nas galerias a aplaudir e a vaiar, tanto o seu Erondy, no passado, como no presente, hoje, os que estão na Oposição.

Como é fácil, dizia eu, o discurso de Oposição. Falar sem compromisso com a prática, com os números, com a realidade: é muito fácil. Discursar, ser aplaudido e quem aplaude sempre são os mesmos não tenham ilusão, Senhores Deputados da Oposição, nobres Deputados que recentemente se posicionaram Oposição. Como é fácil discursar, tomar decisões altamente humanistas, elogiáveis, decisões enaltecidas pelo calor dos aplausos, sem precisar adequar essas decisões às reais possibilidades, à real realidade que vivemos hoje. É fácil. É fácil também defender a Lei, falar em nome da Constituição. Aliás, um dos maiores atritos e polêmicas que tinha o "Divino Mestre", no passado, era exatamente com os doutores da Lei, com os fariseus que defendiam a Lei, acima de tudo, e esqueciam de observar o verdadeiro espírito da Lei. Por isso aconselhava os seus seguidores:

"Se a justiça de vocês não superar a dos fariseus, não entrarão em meu reino".

O crescimento moral, do homem, da sociedade, do Poder Público, de um Governo é infinito, não pode ser limitado apenas à observância crua, simples e ao pé da letra

de uma lei. Quem se limitar a uma série de leis, por melhores que sejam, se limita a si mesmo e estaria, inevitavelmente, parando no espaço e querendo que a humanidade pare. Nós sabemos e temos consciência de que se ontem a Constituição em alguns preceitos foi desrespeitada, sabemos também que a Constituição brasileira é o nosso referencial e deve ser sempre o nosso referencial, mas acima da Constituição brasileira o nosso referencial deve ser a moral que aprendemos na nossa formação cristã. Nós não podemos aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, votar um projeto que cria e duplica novos salários e cria mais marajás do que já temos em detrimento daqueles, que agora estão vaiando e que não sabem que eu me refiro, não sabem que eu me refiro e apesar do Deputado Caíto Quintana ter explicado muito bem, claramente, de quem ontem estava em jogo, aqui, não era a lei do aumento do funcionalismo público, estava em jogo, colocado em primeiro lugar por um preceito constitucional, a Lei da Magistratura que daria para eles um piso salarial e em seguida votar a Lei do Governo que daria mais 100%, aumentando em 200, em detrimento desses que nos vaiaram nesse instante. Não sabem. O Deputado Caíto Quintana explicou exatamente isto e acho que não preciso mais explicar. E para encerrar, Senhor Presidente, darei apenas um referencial...

O SR. EDUARDO BAGGIO - (Pela ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Solicito ao nobre Presidente que coloque em vigor o Regimento Interno desta Casa, para que nós possamos ter uma sessão condigna para podermos apreciar as duas Mensagens que hoje estamos discutindo. Solicito encarecidamente ao nobre Presidente para que coloque em uso o Regimento Interno desta Casa, com respeito às manifestações das galerias.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Procede à questão de ordem do nobre Deputado Eduardo Baggio e a Mesa novamente cita o Artigo 119 do Regimento Interno: "qualquer pessoa poderá assistir às sessões nas galerias, contanto que esteja desarmado e guarde maior silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

A Mesa pede a compreensão das galerias.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, para encerrar, sempre defendemos o

ponto de vista de que a lei é a serva da Justiça e a Justiça é a serva do homem. Invertidos esses valores, nós estaremos colocando a lei acima da Justiça, a Justiça acima do homem e foi por isto, talvez, que o Divino Mestre disse, repreendido pelos fariseus, os doutores da lei, quando operava milagres no sábado. Ele perguntou: O sábado foi feito por causa do homem ou o homem por causa do sábado? É evidente que a resposta é que a lei e a Justiça servem o homem e se não for assim, não serve a Lei e não serve a Justiça. É por isso que o Governador do Estado desrespeitou a Constituição em não, como muito bem disse o Deputado Caíto Quintana, em não respeitar aquele preceito constitucional que não permite que o Governo gaste mais de 65% com o funcionalismo público, para poder conceder o aumento.

É por isso que nós desrespeitamos a lei ontem, a Constituição, para fazer justiça ao funcionalismo público e deixar que eles realmente pudessem receber aquilo e não dando aumentos extraordinários fora da realidade e da possibilidade para apenas um grupo de cidadãos brasileiros e de funcionários.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, só encerro para registrar a minha discordância em apenas um aspecto ao meu Líder, quando aqui se votou hoje o requerimento de inversão do Projeto de Lei n. 001/89 pelo Projeto de Lei do ICMS.

Parece-me que é mais prudente a gente primeiro votar a arrecadação dos impostos e conseguir os recursos, para depois dar o aumento salarial e gastar o dinheiro. Somente essa observação, Senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa há requerimento de autoria do Deputado Cândido Bastos, que requer encerramento das discussões do Projeto de Lei n.º 001/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão, de acordo com o inciso I do Artigo 156.

Em discussão. Em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão.

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. A

Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares e as pessoas estranhas ao recinto, favor não perturbar a votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Consulto à Mesa, porque quer me parecer a este Deputado que só falaram na discussão da matéria, Deputado a favor da Mensagem. Nenhum contra...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, no processo de votação não pode ter questão de ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Nenhum contra. E pelo Regimento, Senhor Presidente, só após ter falado Deputados a favor e contra.

Eu gostaria de consultar aqui Vossa Excelência e que se verificasse o Regimento Interno para ver quantos parlamentares podem falar contra ou a favor, para depois se pedir o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não existe essa figura regimental.

Vinte e cinco Senhores Deputados o aprovam.

Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

Dezessete o rejeitam.

Senhores Deputados, foi Aprovado o requerimento dispensando a discussão.

A matéria está em votação e a palavra está com o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu me inscrevo para encaminhar depois do Deputado Algaci Túlio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira para encaminhar à votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela ordem) - Eu quero me inscrever para encaminhar a votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Quem tem fé na Justiça, mesmo em oposição aos astrólogos, pode mudar o curso das estrelas, dizia o jurista italiano Lacoirdere.

Pois bem, quem tem fé na Justiça, Deputado Gernote Kirinus, pode ficar contra o interesse dos poderosos para que mesmo contra a força do Palácio se defenda o

interesse e o direito de todo o cidadão. Por isto nós da Oposição, mesmo sabendo que os poderosos de hoje querem seguir à orientação palaciana, estamos aqui cumprindo com o nosso dever de clamar justiça, mesmo em oposição aos poderosos, e fazemos conscientemente usando, inclusive, os dados oficiais para demonstrar que as defesas proferidas hoje neste plenário são defesas infundadas, com base nos próprios números da Secretaria das Finanças e da Secretaria da Administração. Das Finanças que arrecada e da Secretaria da Administração que paga o pessoal.

O sofisma levantado nesta tarde pelo ilustre Deputado Caíto Quintana, e que o Governo não pode dar um aumento com base no aumento que fatalmente vai ocorrer no exercício de 1989, da arrecadação, não é um argumento plausível pois que esta mensagem não trata de dar aumentos em 1989 em valores reais, mas trata-se, sim, de fazer uma reposição salarial da perda acumulada no exercício de 1988.

Pois bem, se essa verdadeira pleitora de aumentos que vai ocorrer no bolso de todos os Constituintes Estaduais em 1989, não pode ser usada como argumento como aqui usou o Deputado Pedro Tonelli; senão não podemos dizer que o Governo do PMDB aumentou em 1500% o IPVA; senão não podemos dizer que vai haver um aumento de receita porque há um aumento coincidente no Imposto de Renda; senão não podemos dizer que o Estado vai arrecadar mais porque diversos tributos da área federal passaram para a competência do Estado.

Como explicar, Senhores Deputados, que a arrecadação da área federal passou a competência do Estado. Como explicar, Srs. Deputados, que a arrecadação do Paraná subiu, em 88, 2.500%? E até hoje o vencimento do funcionário público foi reajustado em apenas 540%! Aonde está a outra despesa do Governo? Nós, que aprovamos aqui o orçamento de 1988 sabemos que as despesas de verba de representação do Palácio Iguaçu, dos gabinetes dos Secretários de Estado, as chamadas verbas de mordomia e as verbas de publicidade e divulgação cresceram, em alguns casos, até 2.600%.

Dizer que o Estado não tem recursos para pagar o funcionalismo público, é efetivamente, fazer o exercício contra a lógica. Tenho aqui uma tabela com os dados de pessoal e dos dados de ICM relativos ao ano de 1988. No mês de março o Estado gastou com pessoal 1 bilhão. E o Governo arrecadou de receita própria de ICM 1 bilhão e 400 mil. Vamos ver o mês, por exemplo, de outubro: despesas com pessoal 1 bilhão, receita do Estado com ICM 1 bilhão e 951. Dados relativos ao exercício passado. A curva do reajuste de pessoal que neste ano chegou a 540% e o aumento da arrecadação

do ICM aumentou em 2.500%. Torno a repetir. Mais ainda, Srs. Deputados, esta receita do ICM, no exercício de 88, é preciso somar as transferências do Governo Federal para o Governo Estadual, do Fundo de Participação do Estado que os Deputados do Governo não querem ou não revelam quanto foi, no exercício de 1988. E as outras receitas estaduais? As receitas patrimoniais? As receitas de taxas, Srs. Parlamentares? Por que não trazer, efetivamente, um balanço em que situação se encontra o Paraná ao invés de se tentar apenas fazer a comparação entre a receita própria, que é a receita do ICM e a despesa de pessoal? Efetivamente. Para que se tivesse uma consciência da situação estadual das finanças públicas e da máquina de pessoal, seria necessário somar tudo quanto o Estado arrecadou em 88 para verificar realmente, se se chega a alguma coisa em torno de 60 ou 70% da receita estadual.

Mas, mais ainda, Srs. Parlamentares, recordo-me que o número de 1982, o Estado gastava com pessoal, naquela época em torno de 40% e investia 60%. E o funcionário público se não era bem pago, não sofria tanto quanto sofre hoje com uma inflação de 30%, corroendo 1% ao dia seu salário.

Pois bem, se o Estado aumentou a despesa de pessoal de 40 para 60%, por que o funcionalismo público não está satisfeito?

Houve o quê ao longo do Governo do PMDB, compadrio? Ocorreram nomeações de caráter exclusivamente político. Por que o inchaço governamental e por que o funcionalismo hoje se encontra pleiteando o quê? Não aumento; pleiteando reajuste de reposição salarial relativo ao ano que passou.

O Estado cresceu mês a mês a sua receita e o funcionário diminuiu mês a mês o seu vencimento. E não esqueçamos de uma coisa: janeiro é a data base para a majoração dos vencimentos do funcionário público.

Eu estou apresentando uma emenda estabelecendo o reajuste médio de 131% para o funcionalismo público. E o faço não por demagogia, não para ganhar os aplausos, porque nunca mudei minha posição. Mas, faço porque sei fazer a conta. 85% para estabelecer a reposição de 1988 e mais a diferença para dar um reajuste ao funcionalismo público estadual, de maneira geral, em janeiro de 1989, de apenas 25%. Enquanto que nós sabemos que a inflação já aponta hoje neste Brasil que é governado pelo PMDB a mais de 30%.

Nem o Senhor Sarney teve a coragem, está tendo a coragem de ditar o "Pacote Econômico" por causa da reação dos trabalhadores especialmente, e até de alguns empresários lúcidos que sabem que não é mais possível se viver nesta Pátria onde

tantos ganham tão mal e poucos ganham tão bem.

Pois bem, nem o Sarney está conseguindo acabar com a URP para os trabalhadores. E o Governo Álvaro Dias quer estabelecer o reajuste por decreto a cada 3 meses: janeiro, depois março, depois julho, dali a 3 meses um novo decreto governamental. Decreto sem passar por esta Assembléia, Srs. Parlamentares, numa "capitis deminutio" deste Poder, num tapa boca desta Casa porque ele quer uma delegação para que em 1989, só ele ditatorialmente possa estabelecer o reajuste do servidor público. É quase que como fechar esta Assembléia. É outra vez, Deputado Gernote Kirinus, rasgar a Constituição que Vossa Excelência jurou defender e é outra vez hora de lembrar Ulysses Guimarães que disse: "afrontar a Constituição jamais". "Trair a Constituição é trair a Pátria".

Pois bem, votar este Projeto dando delegação de poderes ao Sr. Álvaro Dias para majorar vencimentos dos servidores estaduais, é rasgar a atual Constituição Estadual que no seu Artigo 4, Sr. Presidente, estabelece que é competência privativa da Assembléia Legislativa fazer Leis que disponham sobre o aumento do funcionalismo público estadual, mas o Sr. Álvaro Dias não quer isso, não quer pressão dos servidores, que pedem aqui Justiça, e por isto pretende fazer os reajustes dos servidores públicos apenas no Palácio e ouvindo os técnicos-burocratas do PMDB, sem ouvir nem a própria Bancada de seu Partido! Conscientemente porque existem recursos, porque o Governo não vai quebrar com um aumento de apenas 25%, enquanto que a arrecadação vai subir com a inflação dos produtos é que nós vamos votar as emendas da Oposição, para dar, mesmo em oposição aos poderosos, o direito dos servidores públicos estaduais sobreviverem com dignidade, neste Brasil de tantas indignidades.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, havia eu preparado trabalho para discutir, durante aproximadamente 45 minutos, mas este direito me foi cerceado, em função do dispositivo utilizado pelo PMDB, encerrando a Discussão, após três oradores. Lamentamos profundamente!

Mas, venho à tribuna, e repetindo aqui as palavras do Deputado Caíto Quintana, com a mesma coerência, com as mesmas posições antes de ser este Parlamentar eleito vice-Prefeito da cidade de Curitiba. Venho com a mesma veemência, venho com o mesmo espírito crítico, dentro da Justiça, fazer as devidas cobranças.

Com a mesma coerência, invocada, repetido, eu estou aqui nesta tribuna, e estou

muito à vontade, mesmo por que ao assumir a condição de vice-Prefeito, tenho discutido com o Prefeito Jaime Lerner, da mesma forma que discuto na tribuna desta Casa e da mesma forma que discutia, quando Vereador da Câmara Municipal de Curitiba. Muitas posições não coincidiram, algumas sim, talvez a maioria não. E o maior testemunho demos hoje, na Câmara Municipal de Vereadores, quando o Prefeito Jaime Lerner, quebrando uma tradição das duas últimas gestões, quando os prefeitos praticamente desmoralizavam aquele Legislativo, nós fomos lá, hoje pela manhã, entramos às 9 horas, saímos às 13,30, discutindo com muita profundidade, com Vereadores de várias Bancadas, com lideranças sindicais, a melhor condição, a melhor maneira de repor as perdas salariais, não aumento, a exemplo daqui, de repor as perdas salariais provocadas pelo Governo, pela gestão anterior do PMDB.

Por isso, Srs. Deputados, quando subi a esta tribuna, posicionei-me veementemente contra a maneira diferenciada no tratamento de categorias, esta foi a minha posição ontem, muito embora entendendo que esta reposição está ainda muito longe de atingir o patamar necessário para que os servidores possam sobreviver diante de um desgoverno que está aí, que é culpa do PMDB, que tinha todas as condições para invocar as diretas-já quando assumiu o Poder, preferiu fazer o conluio com outras frentes e provocou o desgoverno que hoje nós todos estamos enfrentando; eu não participei desses acertos, não. Ontem, o PMDB rasgou aqui, nesta Casa, a nova Constituição hoje mesmo o PMDB, através do nobre Deputado Gernote Kirinus, vai à tribuna e diz que temos que respeitar a Constituinte, porque é que ela não foi respeitada ontem, no momento do requerimento do Deputado Cândido Bastos, que pedia a prioridade de votação e conseqüentemente a saída do Projeto do Judiciário.

Então, de que maneira podemos entender a forma com que age a Bancada do PMDB; mas eu preciso, já que não posso me aprofundar e não tenho tempo para isso, em relação ao Projeto, mas os companheiros que me antecederam, Deputado Tonelli, Deputado Luiz Alberto Oliveira, falaram, mas eu preciso das respostas. Há algumas posições colocadas daquela tribuna pelo Deputado Caíto Quintana. Com todo respeito a esse Parlamentar, a quem eu tenho uma tremenda admiração, preciso fazer alguns esclarecimentos: há uma grande diferença entre Jaime Lerner e Álvaro Dias, há os acertos de ambos e os desacertos de ambos, e nós temos que respeitar isso; as virtudes e as eficiências. Mas, é preciso dizer que Álvaro Dias está governando há mais de 2 anos e Jaime Lerner, hoje, apenas 12 dias, aliás,

uma incrível coincidência, 12 dias da grande virada que o Brasil todo passou a conhecer com a vitória de Jaime Lerner.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Constituinte na verdade, veda um aumento superior a 65% das receitas e despesas; nós entendemos perfeitamente isso. Mas, acontece que está acontecendo hoje na Prefeitura Municipal de Curitiba, o Prefeito da administração anterior deixou uma herança maldita ao Prefeito Jaime Lerner, que eu não pretendia hoje trazer aqui nesta tribuna, que eu pretendia com mais detalhes, mais informações, trazer na oportunidade que se oferecesse para isso, mas me deram esta oportunidade e eu vou dar alguns esclarecimentos. Vejam Srs.: o Prefeito da administração anterior de Curitiba, deixou de fazer a reposição que era obrigação sua, no mês de dezembro ainda quando ele era Prefeito, empurrou para o novo Prefeito, como se tivesse ele autoridade, como se tivesse ele direito de intervir na administração futura, jogou uma das muitas bombas para a nossa administração; e mais ainda, quando Jaime Lerner deixou a Prefeitura lá estavam 9 mil funcionários, hoje passa da casa de 20 mil. Tem mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados; hoje, Jaime Lerner assina uma herança maldita, com relação à discutida frota pública implantada em Curitiba, uma herança que está na justiça, de 4 bilhões de cruzados e corre o risco até de sofrer uma intervenção no Município se não achar uma saída para o pagamento desta dívida. Tem mais ainda, são muitas outras "bombas": o Prefeito da administração, no período eleitoral, tinha condições, através das planilhas, de implantar um aumento da passagem de Cz\$ 70,00, implantava Cz\$ 60,00 e com isso acumulou defasagem, obrigando o Prefeito Jaime Lerner e, principalmente contra a minha vontade, a decretar um aumento de Cz\$ 120,00. E para fazer frente a essa defasagem seria necessário um aumento de Cz\$ 150,00 na passagem.

Tem mais ainda, Srs. Deputados, e eu disse que não pretendia trazer esses dados hoje, preferia uma outra oportunidade. Vejam desde junho que a Prefeitura não paga a conta de luz, a conta de água, desde junho que a Prefeitura não paga o recolhimento do lixo em Curitiba. São alguns dos problemas, são algumas das "bombas", deixadas pela administração anterior...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não quero ser indelicado com o Deputado que está na

Tribuna, até por isso esperei ele terminar a sua colocação e não pedi o aparte porque no encaminhamento de votação não cabe aparte ao orador.

Faço a questão de ordem, primeiro: fui citado nominalmente; segundo: pedir vênua ao Deputado Algaci Túlio, a quem não quero ser descortês, interrompendo seu pronunciamento, com uma questão de ordem, de que nós venhamos a discutir em outra oportunidade os assuntos referentes à Prefeitura Municipal, até por que o Regimento Interno nos orienta a que não se discuta em encaminhamento de votação assuntos diferentes daquele da matéria que está sendo votada. Eu quando citei a Prefeitura de Curitiba, foi apenas como um exemplo, não me detive em minúcias. E nós haveremos de discutir, posteriormente, a defesa de Vossa Excelência.

E aproveitando a questão de ordem, quero, talvez até informar ao nobre Deputado Algaci Túlio, vice-Prefeito, que nesse instante se fecha um acordo na Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores, dum aumento de 44% em janeiro com base no salário de dezembro, ao funcionalismo público municipal de Curitiba e 35% em fevereiro também sobre o salário de dezembro, o que, indubitavelmente, é um aumento menor do que está sendo proposto ao funcionalismo estadual nesta data. Mas, como disse anteriormente, respeito a administração que tem a obrigação de ter a arrecadação e o pagamento dentro de suas possibilidades.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Deputado Caíto Quintana me antecipou, mas, eu tenho aqui anotado, Deputado, e eu não deixaria de citar isso. Vossa Excelência erra quando fala em 44%. 47% em janeiro, 35% em fevereiro independente do que possa vir acontecer se sair um pacote, se sair congelamento.

Além disso, assumiu o Prefeito Jaime Lerner ainda publicamente com as Bancadas e com as lideranças sindicais, de fazer qualquer reposição em relação às medidas econômico-financeiras, que possam vir a acontecer nos próximos dias. Isto, não temos nada a negar, mesmo por que o Prefeito também invocou a Constituição que não permite dar aquilo que o Prefeito Requião encaminhou para a Câmara, 82%. Dentro deste parâmetro evidentemente, foi feita esta de chegada. E que teve, praticamente, todos, o acordo de todas as lideranças dos partidos e também das lideranças sindicais.

Agora, é necessário dizer que há uma diferença entre Álvaro Dias, volto a repetir. Jaime Lerner está há 12 dias, coincidentemente 12 dias da campanha e 12 dias

de Prefeito e Álvaro Dias há mais de 2 anos. Mas, eu preciso, meu caro Deputado Caíto Quintana, fazer explicações por que foi Vossa Excelência que me possibilitou vir a esta tribuna e o Deputado Germote Kirinus, dar também, alguns esclarecimentos aqui. Foi-me cerceado o direito de discutir por uma hora o Projeto agora em discussão.

Então, eu queria deixar aqui estes esclarecimentos. Dizer que a folha de Curitiba é de 7 bilhões de cruzados e o Prefeito que entra só vai começar alguma coisa a partir do mês de março. Daí, a dificuldade, a diferença, que eu volto a frisar, entre Jaime Lerner e Álvaro Dias. Portanto, não se pode admitir que se venha aqui fazer uma justificativa da reposição salarial do Governador Álvaro Dias em relação à reposição salarial que está fazendo o Prefeito Jaime Lerner em nome, ainda, do Governo do PMDB que nos deixou esta herança.

Era esta a nossa posição, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do Prefeito e vice-Prefeito do Município de Lunardelli, Wilson Machado e Fernando Momenti, a convite do Deputado Antônio Costenaro Neto.

A palavra está com o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinceramente, eu creio que nós estamos preparados para a votação desta importante matéria. Eu acho que não tem mais muita novidade, já falou a Oposição, já falou a Situação, quem queria falar contra os funcionários públicos falou, quem falou a favor, quem quis defender o Governo defendeu, quem quis questionar questionou; eu creio que não tem mais muito a acrescentar para preparar os espíritos dos nobres Pares, para que possamos tomar uma decisão madura, responsável e comprometedora.

Resta-me, simplesmente, é deixar esclarecido algumas afirmações recebidas neste plenário, deixar como o outro lado da moeda para que isso não passe por verdade. É simplesmente isso que estou fazendo com referência a este encaminhamento de votação e começo fazendo uma observação, que foi dita na tribuna da Situação, é óbvio, que ontem nós, as Bancadas de Oposição, estávamos votando a favor dos "marajás" da Magistratura, como foi dito pelo representante da Bancada oficial.

O que nós votamos...

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Sr. Presidente, apenas para que esta Casa

não coloque nos lábios de quem não falou, porque a referência me parece é específica a mim, eu coloco à disposição, pelas notas taquigráficas, ao Líder do PT em que instante do meu pronunciamento foi falado em "marajá" da Magistratura, porque nós não podemos, sob hipótese alguma, nesta Casa tentarmos a preceito de sermos simpáticos ou antipáticos, voltarmos Parlamentares contra Poderes.

Tenho o maior respeito pelo Poder Judiciário, faço parte dele, sou Serventuário da Justiça e não concordarei em hipótese alguma que o Líder do PT coloque na minha boca expressões que eu nunca usei, de citação de "marajá" da Magistratura, que talvez seja o que Vossa Excelência pensa, porque Vossa Excelência não é capaz de entender o que é sair um Juiz substituído por seus méritos, chegar a Desembargador do Tribunal de Justiça.

Eu reconheço esse mérito de carreira e jamais chamaria qualquer Desembargador, qualquer Juiz de "marajá" de um Poder. Não me coloque aquilo que eu não disse.

O SR. PEDRO TONELLI - A bem da verdade, gostaríamos de esclarecer e deixar registrado nos Anais desta Casa, que a polêmica de ontem não foi quanto ao mérito da mensagem, mas quanto ao poder de iniciativa e eu como integrante das Bancadas de Oposição, como membro do Partido dos Trabalhadores, continuo achando que foi justa a nossa votação, foi em defesa da Constituição, permitir com que o Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça tome a iniciativa desse Poder, é um direito deles constitucionalmente.

Votamos certo, é isso que nós decidimos, o mérito, nós gostaríamos de ter o apreciado o mérito dessa mensagem, infelizmente a Bancada do PMDB, mais um Deputado do PTB, não permitiram que nós fizéssemos, porque ela foi prejudicada, não foi discutida e não foi votada.

Se isso tivesse acontecido, aí sim o nobre Deputado Caíto Quintana poderia, com razão, afirmar que nós estaríamos defendendo a postura do projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça.

Outro esclarecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi dito aqui nesta tribuna hoje também, que em outras administrações se anunciam demissões. Aqui não. Como não?

O Governo Álvaro Dias está anunciando uma reforma administrativa. Agora ele está anunciando uma reforma administrativa onde vai extinguir Secretaria, vai juntar Secretaria com outra. E dessa história toda já está dito, que muitos funcionários que não têm estabilidade vão ser demitidos. Não quero entrar no mérito, se é justo ou não é, porque isto certamente nós

discutiremos no momento oportuno aqui. Mas aqui estão sendo anunciadas demissões de funcionários públicos no Estado do Paraná. A bem da verdade, é bom que se registre. E digo mais, Sr. Presidente, nobres Parlamentares, a incompetência desse Governo ou a falta com a verdade. Uma das duas é que prevalece. Eu não sei agora se eu acredito na incompetência do Governo ou se vou acreditar que o representante governista está faltando com a verdade neste Plenário. Por quê? Ora, afirmar daquela tribuna do lado de lá que a arrecadação não comporta a folha de pagamento. Eu acho que ou não é verdade ou este Governo é que está assinando atestado de incompetente, porque há dois anos atrás quando este Governo assumiu, todos nós sabemos que a arrecadação comportava a folha de pagamento. Agora não a comporta mais.

Eu quero dar um conselho para este Governo que aqui está e à Bancada governista que transmita esta mensagem: faça igual ao Sarney. O Sarney para corrigir os erros e os abusos da nova República está procurando Delfim Netto. Está procurando Bulhões. Está procurando Bresser. Os Ministros do passado. Álvaro Dias, porque ele não vai procurar o Erasmo Garanhão. Siga Sarney. Procure o Erasmo Garanhão.

Então não sei em que acredito. Não sei se acredito na incompetência ou acredito na demagogia.

Ah, é por falar em demagogia, eu ouço seguidamente neste Plenário afirmações do nobre Líder, ex-Líder do PTB, Deputado Erondy Silvério, acusando Deputados de todos os Partidos aqui, de vários Partidos, classificando como demagogos.

Sinceramente o nobre Deputado Erondy Silvério acho que nunca viu espelho, porque se tivesse olhado no espelho, não chamaria os outros de demagogos.

Gostaria também de dizer a todos os nobres Pares que compõem este Parlamento, que a hora chegou, e vamos decidir pelo melhor para os paranaenses e os paranaenses são os funcionários públicos, são os trabalhadores, são os contribuintes, são a maioria. É por causa deles que nós aqui estamos e é esta causa que nós temos que defender.

Espero a compreensão de todas as Bancadas. Espero que compreendam a boa vontade das Bancadas de Oposição em propor um substitutivo, emendas que atendam melhor e que são possíveis.

Não estamos propondo aqui absurdos. Falou-se tanto aqui em aumento do funcionalismo. Aqui não estamos dando aumento nenhum para funcionalismo público. Aqui, é bom que se diga, estamos falando em reposição, recuperar perdas. Aumentos aqui nem se fala mais há muito tempo em aumento de salário para o funcionalismo público. É

bom que se diga para que não se saia daqui com a ilusão de que os funcionários públicos terão aumento real de salário. Nós estamos discutindo se eles vão corrigir menos ou mais as perdas que tiveram.

Era isto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - A Mesa registra a presença do Prefeito de Ourizona nesta Casa, Domingos Calvo, por convite do nobre Deputado Antônio Bárbara.

O orador inscrito Deputado Paulino José Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Observando e ouvindo durante toda esta sessão nesta tarde, eu me senti na obrigação de vir a esta tribuna para fazer também algumas considerações sobre o assunto que se discute hoje aqui nesta Assembléia Legislativa.

Fiquei preocupado porque daqui a pouco alguns Parlamentares vão querer e exigir que os funcionários públicos peçam desculpas por estarem lutando por um direito tão fundamental e tão inalienável, como é o da reposição das perdas salariais que tiveram durante o ano de 1988.

Eu sei, Sr. Presidente, e sei, Srs. Deputados, os papéis que cada um de nós temos nesta Casa Legislativa e também na sociedade. Eu já estive num papel até recentemente, e neste momento estou noutro papel com absoluta consciência dos papéis que desempenho na sociedade em que vivo. Por exemplo, estive e trago isto como uma mancha curricular na minha atuação parlamentar ao lado de uma Mensagem que extinguiu o direito sagrado da reposição das perdas salariais através da URP. E isto eu assumo e isto foi um fator muito importante e fundamental para que eu tomasse a decisão de abandonar a Bancada peemedebista e governista desta Casa, mesmo na condição de suplente de Deputado Estadual em que a qualquer momento eu posso perder este mandato. Mas eu não podia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pertencer a uma Bancada e a ela ser infiel porque enquanto não a tive fui fiel às Mensagens do Governador. Com os riscos de perda de mandato, decidi abandonar esta posição e este papel dentro deste Parlamento para cumprir o que determina minha consciência política e minha consciência de cidadão. É a minha consciência de político e de cidadão que quer honrar um mandato conquistado com um discurso de que ia neste Parlamento defender em primeiro lugar os que vivem do trabalho, os que não possuindo outra ferramenta para sobreviver, vendem a força de trabalho que tem para sustentar os seus filhos, sustentar a sua família e comprar comida, e ir à escola, e ter saúde, e andar de ônibus, porque parece-me que muito

não têm consciência ou delas procuram se livrar.

Há muito pouco tempo eu vivia de salário como barnabê do Estado em cargo de confiança, ocupando um 3-C, depois 1-C, depois um DAS-5, e a vida era difícil e nunca o salário dava para acertar os problemas e as exigências de saúde, de educação, de alimentação, de aluguel e de habitação. E outros Deputados que até muito recentemente viveram da ajuda dos fiéis da sua igreja para complementar a sua alimentação porque a sua profissão era pastor, e agora diz que... Vejo aqui o Deputado Germote Kirinus dizendo que ouviu de um Deputado do PSDB de que era muito mais fácil receber os aplausos de oposição. Eu, como Deputado do PSDB, sinto-me na obrigação, Deputado Germote Kirinus, de dizer que muito mais difícil do que isso é sair de um partido no Governo para ir para um partido de oposição para honrar o que a sua consciência determina. E não venho aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para crucificar...

O Sr. Germote Kirinus (Pela ordem) - Solicito a Vossa Excelência que me repasse as notas taquigráficas do discurso do Deputado Paulino para que possa oportunamente fazer a minha defesa, já que eu não posso responder pelo Regimento Interno em encaminhamento de votação, mas ele podia ter usado o meu espaço, que permitiria aparte e eu teria dado com muita satisfação. Mas já que ele usa a covardia de me atacar sem que eu possa me defender, peço as notas taquigráficas para fazer uma defesa oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PAULINO DELAZERI - Esta é a compreensão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um Parlamentar que vem à tribuna na frente, de cara a cara, olhando no olho, dizer e fazer uma consideração crítica sobre uma posição política. Isto, no entendimento do nobre Deputado é uma covardia. Mas assim não entendo e continuo fazendo as minhas considerações. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não venho aqui para crucificar o Governo Álvaro Dias, não venho aqui para condenar as pessoas individualmente da Bancada do PMDB, eu venho aqui dizer, que a população brasileira tem que se aperceber, os trabalhadores deste País têm que se aperceber que as elites deste País, sempre oprimem os mais fracos para manter um estado de coisas. E não é o governo do PMDB que faz isso, foram os governos da ARENA, está aí o PDS lá no Congresso Nacional dando sustentação ao Sarney, está lá o PFL dando sustentação ao Sarney, está lá o PL dando sustentação ao Sarney. Esta é a verdade,

Senhor Presidente e Srs. Deputados. Precisamos dizer aos trabalhadores que eles têm absoluta razão de lutar e brigar contra aqueles que lhes negam o direito às necessidades básicas que é a vida, alimentação, saúde, educação e tantos outros problemas que têm para solucionar.

Por isso que venho a esta tribuna, para dizer que se já acabaram com a ARENA, neste País, através da ferramenta que têm os trabalhadores - que é o voto, e na última eleição deram uma bofetada no PMDB, porque também ao PMDB deram toda a força em 1982. E eu não digo aqui que o PMDB é o responsável solitário por estes desmandos que acontecem nesta Nação, não é não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque seria injusto dizer isto. São as elites deste País que flutuam partidariamente ao momento que quiser, em todos os partidos que têm perspectiva de poder, para manter os privilégios.

Por isso venho aqui, dizer, que voto a favor do substitutivo geral porque assim estarei cumprindo um dever de consciência, honrando um mandato que me foi outorgado, principalmente pelos trabalhadores, que é votando a favor do trabalho, não a favor de Estado e não a favor de pessoas que eventualmente ocupam uma função no Estado. Estão aqui, penso eu, buscando um direito à vida. E devo dizer também, Sr. Presidente, porque se não nós vamos ser hipócritas. Devo reconhecer porque meu pai até 31 de dezembro último, foi Prefeito do município de Palotina, e lá nem todas as URPs ele conseguiu honrar, nem todas, o nosso Partido lá no município como agrupamento político que representamos, saiu derrotado nas eleições. E isso é a resposta legítima e temos compreensão de que lá os trabalhadores do setor público municipal, na sua maioria, votaram contra o partido que o Prefeito naquele momento participava. E é esta arma que tem o servidor público. Por isso se pudesse aqui dar um conselho ao servidor; toda pressão, toda força e toda a marcação com aqueles que não são momentaneamente lhes prejudicam, mas lhes prejudicam através da história. E não venho aqui, nesta tribuna, e peço ao Presidente para fazer cumprir o Regimento Interno, vim aqui até para receber vaias porque elas são muitas vezes clareadoras da consciência política, mas nunca para receber aplauso, porque aqui não estou fazendo favor a ninguém em votar conscientemente ao lado do trabalho e daqueles que precisam um pouco mais de recursos para garantir uma vida mais digna para seus filhos.

Aqui na Assembléia Legislativa, as URPs para os Parlamentares, me parece, sempre foram respeitadas. E eu me sinto cada vez mais constrangido em votar com dois pesos e duas medidas.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, gostaria de registrar nos Anais desta Casa, a presença do Sr. Prefeito de Palotina, José Márcio, o Prefeito da moralização.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério. A Mesa pede desculpas ao Deputado Valderi Vilela que estava inscrito e concede a palavra a Vossa Excelência.

O SR. VALDERI VILELA - Pela ordem de seis mandatos, com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério, em seguida, Valderi Vilela e o Deputado Ezequias Losso, últimos oradores inscritos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inicialmente quero agradecer a gentileza do Deputado Valderi Mendes Vilela e tão somente pedi a palavra para encaminhamento e votação, porque o Senhor Presidente estava colocando em votação a matéria.

Eu não posso deixar transitar em julgado uma afirmação absurda que fez nesta tribuna, o nobre Deputado Pedro Tonelli, mas primeiro quero me posicionar: o orador que me antecedeu exortou o funcionalismo público a exercer pressão sobre o Governo para receber aquilo que lhe é de direito. Eu acho que todos ganham mal nesta Nação, com exceção dos Deputados evidentemente. Todos ganham mal nesta Nação. O funcionário tem toda a razão de pleitear aquilo que lhe é de direito, entretanto, cabe ao Governo também, o seu quinhão de responsabilidade. O Governo não pode fazer benesses com dinheiro da sociedade. O Governo deve, isto sim, entugar a sua máquina administrativa. É mandar para casa os funcionários excedentes, aqueles que foram contratados em pagamento de dívidas eleitorais, porque quando deixamos os Governo em 1982 o Estado do Paraná tinha apenas 120 mil funcionários e consumia 49% da arrecadação do Estado.

Hoje o Paraná chega quase a 200 mil funcionários e consome 100% da arrecadação do Estado.

Por outro lado vemos a sociedade manifestar-se em nota publicada em todos os

jornais do País. Diz aqui: "Traição ao Povo - Encontra-se nas mãos e na consciência dos Deputados Estaduais, uma decisão grave. Eles terão de escolher entre curvar-se à gula por dinheiro dos governos ou ficar ao lado da sociedade que não aguenta mais pagar impostos, taxas e outras obrigações sociais..." E vai a nota por aí afora, criticando os governos pela sua voracidade fiscal.

No final da nota eles dizem o seguinte: "escrevam ao seu Deputado Estadual de confiança, telefone ao Deputado Estadual em quem você votou e proteste, proteste em nome do seu direito, proteste em função da sua cidadania, proteste em respeito à sua inteligência".

"Por falar em inteligência, o Governador do Paraná Álvaro Dias já adotou procedimento correto, considerando o carro nacional um produto normal de consumo. O Paraná vai apenas taxar os automóveis eventualmente importados".

Encerra a nota assinada por diversas associações de classe.

Esta Assembléia Legislativa recebeu da Associação dos Relojoeiros e Joalheiros do Paraná, um protesto idêntico.

Esta Casa soube, na devida oportunidade através de um trabalho brilhante de alguns Deputados, coadjuvados pela maioria da Casa a elaborar um Substitutivo com plena concordância do Palácio Iguaçu. Um Substitutivo em que reduzia algumas alíquotas do novo ICMS.

Pois bem, foi a defesa da sociedade. E dentro desta coerência é que situo o meu voto. Se o Governo por acaso, é que não tem condições, defender as reivindicações do funcionalismo, senão pela forma como mandou a sua mensagem, eu acredito no Governo, eu voto pelo Governo. O que eu não posso admitir é que um Deputado despreparado como o Deputado Pedro Tonelli, que recebe de sua assessoria as maiores bobagens que esta Casa tem ouvido, chega aqui e não aceita o repto de um Deputado de Oposição e não sabe qual é o percentual de aumento, se votado o Substitutivo apresentado pela Oposição nesta Casa. É um Deputado despreparado! Responde a uma pergunta séria com deboche, como respondeu hoje, aqui, com deboche mandando convocar Erasmo Garanhão para Secretário da Fazenda.

Isso não são afirmações! Isto aqui não é circo, Deputado Pedro Tonelli! ...

(manifestação da galeria)

Não! Não é não! Não é o circo do PT. Vossa Excelência está enganado. O circo do PT agora é a Prefeitura de São Paulo. Lá, a Prefeita acaba de nomear um seu sobrinho, numa prova de nepotismo. Nomeou um sobrinho para chefe de Gabinete. (Lê) - "Além de Jonas como Chefe do Cerimonial da

Prefeitura, Erundina nomeou Roberto Lajolo, marido de Tereza Lajolo e Secretário dos Transportes para administrador regional da Freguesia do Ô, e também José João Bezerra, sobrinho do Secretário de Negócios Jurídicos da Prefeitura também para altos cargos. Isto é nepotismo, Deputado! Vossa Excelência mandou-me que me mirasse num espelho. Vou lançar um repto a Vossa Excelência: Vossa Excelência está desafiado, perante aos que lhe aplaudem e aos que me vão, a compulsar os Anais desta Casa. E se Vossa Excelência achar um só ato demagógico de minha parte, tanto nas votações quanto nos encaminhamentos de votação, ao longo da minha vida pública, eu renuncio ao meu mandato. E Vossa Excelência não pode assumir o mesmo compromisso porque Vossa Excelência é um demagogo, Vossa Excelência é um Deputado agressivo ... (Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita às galerias que permaneçam em silêncio!

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ... Vossa Excelência é um Deputado que não respeita uma Casa de Leis, Vossa Excelência não conhece um Regimento Interno, Vossa Excelência é um robô, robotizado pelas esquerdas deste País. Esta é que é a grande verdade.

O SR. PEDRO TONELLI - Deputado, ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu não admito que Vossa Excelência interrompa o meu discurso, Vossa Excelência não teve o meu aparte, não são permitidos apartes em encaminhamento de votação. Vossa Excelência está desafiado. Aceite o meu desafio! Um só voto demagógico de minha parte e eu renuncio ao meu mandato.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Valderi Mendes Vilela com a palavra, com as escusas da Presidência.

O SR. VALDERI MENDES VILELLA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Senhoras Deputadas, demais integrantes e presentes a esta Casa de Leis.

Ouvimos atentamente todos os pronunciamentos feitos por ocasião da discussão do Projeto de Lei ora em tramitação nesta Casa. E notamos com certeza de que enquanto a Bancada do PMDB aplaudia com bastante entusiasmo o bom pronunciamento feito pelo ilustre Deputado Caio Quintana, o trabalhador do Serviço Público do Paraná continuava chorando porque a sua reposição salarial já veio com carta marcada do Palácio Iguazu. Mas isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é norma desta Casa. Aqui se discute, aqui se fala mas aqui só

quem não é Deputado é que procura ouvir. Nós notamos, ao longo da discussão, que pouca coisa se ouvia daquilo que é mais essencial, que é uma análise mais profunda de um projeto de lei tão importante, Senhor Presidente, tão importante, Senhores Deputados, que passa despercebido por aqueles que vão votar. Mas, o PDT, a bancada do PDT continua atenta, prestando atenção, para dar o seu voto da forma que venha a melhorar a situação do servidor público estadual.

Hoje também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, inversões de fatos, emanados da Bancada do PMDB. Hoje até quem falasse que se votássemos o Projeto oriundo do Tribunal de Justiça, estaríamos dando duas vezes o aumento ao pessoal daquele Poder, o que é uma inverdade, porque todos nós sabemos, e a Bancada do PDT bateu firme e continuou firme, que este Projeto oriundo do Palácio Iguazu é inconstitucional, só no que se refere ao Tribunal de Justiça. Para que isto fique claro, nesta Casa. Para que amanhã não se venha falar o que não é verdade.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados; nós não aceitamos a idéia de que os aumentos, as reposições salariais devam ser feitas de acordo com a arrecadação do Estado. Deve-se aprimorar a arrecadação do Estado. Deve-se fazer aquilo que não foi feito nos dois anos de Governo Álvaro Dias, quando este Governo permitiu verdadeiras sonegações fiscais pelos poderosos deste Estado. Isso foi o que ocorreu. O ano passado havia ... Senhor Presidente, eu gostaria ...

O Sr. Nestor Baptista - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem, pela ordem, a palavra o Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista - Senhor Presidente, eu solicito a palavra "Pela Ordem" já que foi feita uma acusação na Tribuna, pelo Deputado Valderi Mendes Vilela e também para que ele não apenas fique na palavra, mas comprove a sonegação, a qual Vossa Excelência faz acusação. Se houve sonegação, houve o sonegado, houve conivência e houve participação.

E Vossa Excelência está desafiado, aqui, a desfilar (por que não?) o nome dos sonegadores e daqueles que foram coniventes com a sonegação, Deputado.

O SR. VALDERI MENDES VILELLA - Nobre Deputado Nestor Baptista, vou repetir, vou lhe dar novamente os nomes, porque todos eles Vossa Excelência já conhece de cor e salteado.

Curitiba, quinta, em 12.01.89

Mas, Senhor Presidente, o Regimento Interno não permite interrupção nestes casos. Na Questão de Ordem, tem que sempre ser invocado o dispositivo do Regimento Interno. E todas as vezes em que a Oposição ocupa a tribuna, ocorre. Como ocorreu com todos os Deputados da Oposição. Então, nossa Bancada e nossa Liderança, solicitam a Vossa Excelência, que tem dirigido esta Casa, nestes dias, com bastante rigor, uma atenção especial nestes casos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que tem tolerado esta intervenção anti-regimental de todos os Senhores Deputados. Mas, se os Deputados desejarem, a Mesa vai cumprir o Regimento Interno.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) Artigo 97, Senhor Presidente. Quando o Deputado Nestor Baptista solicitou ao ilustre Deputado Valderi Mendes Vilela o nome das empresas que estão sonogando impostos, no Paraná, o mesmo utilizou de um subterfúgio, criticando o comportamento de Vossa Excelência pela maneira com que vem conduzindo os trabalhos. Deixou, exatamente, a questão levantada pelo ilustre Deputado Nestor Baptista. Mas, eu ainda indago ao ilustre Deputado e até faço um apelo a Vossa Excelência, que é conhecedor segundo Vossa Excelência profundo, das empresas que sonogam no Paraná, Vossa Excelência, poderia encaminhar uma lista à Secretaria da Fazenda que com isso facilitaria à Secretaria uma arrecadação maior no Estado para nós termos condições de aprovar um melhor salário ao servidor do Paraná.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado Dirceu Manfrinato, nós voltaremos a insistir dizendo que renovaremos a lista que Vossa Excelência também já conhece.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós sabemos perfeitamente que em termos de reposição salarial para o ano de 1988 elas não ocorreram neste Estado o primeiro da Federação a retirar a URP do servidor público, arrochou, achatou em muito o salário do nosso trabalhador.

Hoje, Senhor Presidente, a inflação galopante neste País causada pelo desgoverno do PMDB, já destrói em sua totalidade o salário.

Nós dizíamos também que não podemos concordar com a vinculação do salário numa das oposições salariais com a arrecadação porque o Estado não vive só de ICM, disse bem o Deputado Luiz Alberto Oliveira. São muitos outros tributos. E querer também confundir, querer também dizer que vai pagar o salário do servidor público estadual com o dinheiro do ICMS, com o dinheiro do Imposto de Renda, é brincadeira.

Nós sabemos ler quando nos é apresentado um projeto de lei. Por isso, Senhor Presidente, culpa-se e insiste no arrocho salarial tendo início no Plano Cruzado do qual se beneficiaram todos os candidatos do PMDB em 1986. E nós sabemos que foi o ex-governador Leonel Brizola o único que foi à televisão em 1986 para denunciar essa farsa foi o Plano Cruzado que arrochou, que arreventou o salário de todos os trabalhadores do Brasil.

Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso para encaminhar a votação.

Antes porém a Mesa vai proceder à votação do requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão, que requer a prorrogação da sessão por duas horas. Em votação. Aprovado.

A sessão está prorrogada por duas horas.

Deputado Ezequias Losso com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas.

Em certa ocasião o mestre dos mestres, Senhor Jesus Cristo foi indagado por um experimentado representante dos que cultuavam princípios um pouco diferentes daqueles que eram difundidos pelo Messias a respeito da obediência ou não das leis humanas, no tocante ao reconhecimento ao Governo da época César. E ele declarou de forma taxativa: "Daí a César o que é de César".

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Parlamentar como cultuador do direito e respeitador também dos princípios morais, éticos que regem a sociedade humana, desrespeitar de forma flagrante a Constituição Federal recém aprovada.

Por isso reiteramos aqui o porquê da nossa posição ontem votando favoravelmente à medida do tribunal de Justiça do Estado do Paraná o encaminhamento legítimo da Mensagem propondo o reajuste dos magistrados. Mas, esta é matéria vencida, apenas retornamos a ela porque houve menção por parte de vários oradores que me antecederam a respeito deste assunto.

Por outro lado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a posição do Partido Liberal sempre foi uma posição de equilíbrio e de coerência.

Não é objetivo do Partido Liberal criar polêmica, atacar a um ou a outro, mas apresentar as suas teses de forma lúcida, de forma amadurecida e lutar para a concretização destes ideais.

Enganado está o Deputado Paulino De-

laseri, quando veio dizer que o Partido Liberal apoia o Governo José Sarney, convidado foi sim, por José Sarney, para compor a Aliança Democrática, formada há algum tempo atrás, mas por decisão dos representantes do Partido Liberal de todo o Brasil, preferiu ele continuar na sua posição de independência, apoia as medidas governamentais quando forem justas, quando forem corretas, quando estiverem de acordo com seu programa, mas, se reserva o direito de criticar as medidas que considerar incorretas e de votar contrariamente, quando vierem em conflito com as disposições contidas no seu programa partidário.

Em relação à iniciativa do Senhor Governador, que hoje está sendo votada, o Partido Liberal, após analisar esta proposta chega à conclusão de que, efetivamente, a composição salarial através do reconhecimento de que perdas houve no decorrer do ano de 1988 e perspectivas há, através do aumento da arrecadação para as devidas correções, não pode deixar de dar todo o seu apoio e de votar em favor desta Emenda Substitutiva. Não quer dizer isso que oportunamente o Partido Liberal se omitirá em lutar para que os meios sejam proporcionados para o cumprimento dessa Lei também, se aprovada esta Emenda Substitutiva e compuser a Lei do funcionalismo público.

Isto o Partido Liberal diz com base no que está escrito no seu próprio programa, a respeito do funcionalismo ficou assim traçado: "A alta dignidade da função pública pressupõe estabilidade, salários condignos, o reconhecimento do mérito para promoções, garantias contra pressões políticas a segurança de proventos justos, na inatividade".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, votaremos conforme o nosso Programa, votaremos pelos salários condignos dos servidores públicos, porque, na verdade, o servidor público é o grande sustentáculo de toda a administração pública e o elemento básico para o êxito de um Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o Projeto ...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o Artigo 170 do Regimento Interno é bem taxativo: "Na 2.^a como na 3.^a Discussão de qualquer Projeto, os Substitutos apresentados terão Preferência de votação, seguindo-se a ordem de precedência na apresentação, salvo deliberação em contrário, tomada pela Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado". Portanto, deve ser votado não o Projeto original, mas o substitutivo apresentado pe-

las oposições em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que o que está sendo votado já é o substitutivo geral.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Foi anunciado o Projeto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa retifica. Tem razão Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, o Substitutivo está subscrito por quem?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pelas oposições. A Mesa vai submeter a voto o substitutivo geral, representado pelas oposições.

Senhores Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitando.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO (Pela Ordem) - Chamada nominal, Senhor Presidente. Nós retiramos a chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa constata a presença de 44 Deputados, mas se Vossa Excelência desejar a chamada nominal, nós vamos proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Responderam a chamada 46 Senhores Deputados. Há quorum para votação e verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam ao substitutivo geral, queiram levantar-se.

19 Senhores Deputados o aprovam.

Senhores que o rejeitam, queiram levantar-se...

25 Senhores Deputados o rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Emenda n° 01, do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA- (Pela Ordem)- Vossa Excelência colocou em votação o Substitutivo e declarou aprovado o Projeto.

Curitiba, quinta, em 12.01.89

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não, o Projeto será votado posteriormente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)- Então, eu solicito que Vossa Excelência determine ao 1º Secretário a leitura de cada uma das emendas apresentadas, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente.
(Lê Emenda nº 01).

Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.
(Lê a Emenda nº 02).

Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Eu gostaria de saber do primeiro Secretário como vota. Voto do primeiro e segundo Secretários.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Votamos com a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Emenda do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.
(Lê a emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN -(Pela Ordem)
Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem)-
Eu solicito a Vossa Excelência para esclarecimentos dos doutos Parlamentares da Ilustre Bancada Governista para que seja possível, inclusive, a leitura das justificativas que apresentei a cada uma das Emendas propostas.

E este Parlamentar sugeriu a esta Casa em torno de oito ou nove emendas e cada uma delas, de acordo com o que determina o Regimento Interno, está fundamentada em justificativas, há exceção talvez de uma ou de duas. E eu solicitaria a Vossa Excelência, o obséquio da leitura também da justificativa para o maior entendimento da matéria.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, a Liderança bem como a Bancada do PMDB, têm cópias de todas as Emendas. Desta forma eu solicito que Vossa Excelência coloque em votação em Plenário se deve ser lida, inteiro teor ou não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa

vai mandar proceder à leitura das justificativas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê justificativa).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem). Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder à verificação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 18 a aprovam. Retifica: 19.

Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25. Está Rejeitada.

Deputado Luiz Alberto Oliveira, a emenda será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê): Justificação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Eu ouvi uma bela leitura de uma justificação. Justificação a quê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai ler a "bela" advertência do Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- (Lê)- O item IV do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 001/89, passa a ser o item 3º com a seguinte redação:

"A partir ... "

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem)- Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação.
19 Aprovam.

25 Rejeitam.

Está REJEITADA a emenda.

A Mesa registra a visita dos Senhores Jamil José Peti, Presidente da Câmara de Maringá, Mário Osakawa, Vice-Presidente e Audi César Regis, 1º Secretário, a convite do Deputado José Alves.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem)- Para registrar a presença neste Plenário de

Prefeito de Ivaiporã, Antônio da Paz Rosa Filho.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa registra com satisfação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Registro com satisfação a presença do nobre Vereador do Município de Planalto, Álvaro Skiba.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrado.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira. (Lê Emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. REJEITADA a Emenda.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem)- Quero registrar nos Anais da Casa a presença do Prefeito de Campina da Lagoa, Homero de Paula.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será registrada.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira. (Lê emenda) - (Lê justificativa).

Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

Emenda do Deputado Luiz Alberto Oliveira. (Lê emenda)- (Lê justificativa).

Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

Emenda do Deputado Werner Wanderer. (Lê Emenda)- Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

Emenda do Deputado José Rogério. (Lê Emenda). A emenda está em votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se. 18 Senhores Deputados aprovam a Emenda.

Os Senhores que a rejeitam queiram levantar-se. 25 a rejeitam.

Está REJEITADA a emenda.

Emenda de autoria das Bancadas de Oposição- (Lê Emenda).

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. REJEITADA.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25 rejeitam a Emenda.

A Mesa vai determinar ao Serviço de Segurança da Assembleia, que passem a fiscalizar as manifestações das galerias por que estão se mostrando inconvenientes.

Emenda de autoria das oposições: "os vencimentos dos funcionários dos quadros do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo correspondente ao índice de 137% dos vencimentos vigentes em dezembro". Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO- Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados a rejeitam. A Emenda está Rejeitada.

Emenda: inciso IV, Art. 1º do Projeto de Lei nº 001, passa a vigorar com a seguinte redação: "Os vencimentos dos cargos dos diversos quadros do pessoal civil e militar dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo correspondente ao índice percentual de 139% sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988".

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN -(Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria que Vossa Excelência informasse qual a Emenda que estamos votando das oposições, já que nós temos um controle pela numeração nossa e que eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- É a Emenda nº 5, das Oposições.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E segue pela seqüência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Nº 14 da Mesa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - E a nº 4, 3 e 2, já foram votadas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Estas Emendas, já estão mortas, já foram rejeitadas. Emenda nº 6, das Oposições e nº

Curitiba, quinta, em 12.01.89

15 da Mesa: "O Art. 2º do Projeto de Lei nº 001/89, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º - A partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos de todo o pessoal de que trata o art. 1º desta Lei, serão reajustados mensalmente pelo acréscimo correspondente ao índice oficial da inflação ocorrido no mês anterior". Emenda das Oposições. Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. LUIZ ANTONIO SETTI- Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. Está Rejeitada a Emenda.

Emenda nº 7: "Art. 3º do Projeto de Lei nº 001/89, passa a ter a seguinte redação: "Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no art. 1º e 2º, revogadas as disposições em contrário, particularmente a Lei nº 8.756/88, de 19 de abril".

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda nº 8: "A partir de 1º de janeiro de 1989, fica também assegurado a todo o pessoal de que trata o art. 1º, o aumento real de 6% sobre os vencimentos já reajustados, conforme o referido artigo, a título de ganho de produtividade. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. WERNER WANDERER - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados a rejeitam. Está Rejeitada a Emenda.

O inciso II, do Art. 1º do Projeto de Lei nº 001/89, passa a ter a seguinte redação: Emenda nº 10: "A partir de 1º de janeiro de 1989 as tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto nº 4215, de 25.11.88, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92% e a partir de 1º de março de 89, mediante a complementação de 44,34%, calculados sobre os vencimentos vigentes de janeiro de 1989". Os

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que a aprovam queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados a rejeitam. Está Rejeitada.

Inciso III do Artigo 1º do Projeto de Lei nº 001/89, passa a ter a seguinte redação: Emenda nº 20: "A partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos do quadro do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 98,71% sobre os vencimentos de dezembro de 1988 e a partir de 1º de março de 1989 mediante a complementação de 38% sobre os referidos vencimentos vigentes em 1989".

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 Senhores Deputados a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados a rejeitam. Está Rejeitada.

Em votação emenda nº 12- Rejeitada.

Em votação emenda nº 13- Rejeitada.

Em votação emenda nº 15- Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere: 19 aprovam. 25 rejeitam. Rejeitada.

Em votação emenda nº 16- Rejeitada.

Em votação emenda nº 17- Rejeitada.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Solicito verificação de votação, porque esta emenda apenas devolve um pouco das prerrogativas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa defere: Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram levantar-se: 19 aprovam, 25 rejeitam. Rejeitada.

Em votação emenda nº 18.

Rejeitada.

Em votação emenda nº 19. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa defere: Os Senhores Deputados que a aprovam queiram levantar-se. 19 aprovam 25 rejeitam. Rejeitada.

Em votação emenda nº 29. Rejeitada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem).
Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 a aprovam. Os Senhores Deputados que a rejeitam queiram levantar-se. 25 a rejeitam. Está Rejeitada a Emenda. Em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação ao Projeto de Lei.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Lei queiram levantar-se. 25 Senhores Deputados o aprovam.

Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 19 o rejeitam. Está Aprovado o Projeto.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Nós votamos contra o Projeto porque nós gostaríamos que o mérito fosse outro.

Então essa é a nossa justificção. Por isso votamos contra o Projeto, porque gostaríamos que a reposição fosse justa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - No mesmo sentido, fatalmente, dramaticamente, depois de vinte e nove votações em que as emendas todas tratavam da modificação do projeto originário. Começando com a Emenda Substitutiva, dando alternativas outras que não aquela da própria Emenda Substitutiva, nem uma delas mereceu a consideração da bancada do Governo. Inclusive, uma Emenda que era mero ato declaratório do Governo em relação à estabilidade já adquirida pela Constituição Federal, que

aqueles funcionários celetistas que têm 5 anos de serviço público, adquiriram estabilidade.

Bastaria que pelo menos esta fosse aprovada, para que os funcionários públicos do Estado tivessem conhecimento, através do Diário Oficial, quais, por ato normativo, considera o Governo com a estabilidade adquirida, dando publicidade inclusive, para que a sociedade paranaense tomasse conhecimento dos efeitos desta tão criticada estabilidade concedida nas "Disposições Transitórias" da Constituição Federal.

A nossa posição nesse sentido então, é quase que dramaticamente dizendo que votamos contra o Projeto para sermos coerentes com a luta de todas as Oposições aqui unificadas hoje na votação das emendas, para que pelo menos, este Projeto tivesse, senão o ideal das Oposições, mas pelo menos, alguma conquista, por menor, por mínima que pudesse ser neste momento.

Esta é a posição clara da Bancada das Oposições. Não quanto ao aumento do funcionalismo, não contra esses índices que não corrigem e não fazem a justiça em que os recados inflacionários de novembro já anunciados e as especulações financeiras das LTFS, das ORTNS de janeiro já projetam também uma inflação dolorosa a todos os assalariados deste País.

Tanto é verdade que o próprio Governo Federal já, com o seu barco à deriva, quase com que o "Bateau Mouche", não se atém apenas a consultar o seu Ministro da Fazenda, - e vai à procura dos ex-ministros, pedindo conselhos e orientações. Barco à deriva perdido nesse emaranhado inflacionário que atinge e que corrói a própria esperança da Nação Brasileira.

Que este Governo retome este barco, acabe com a inflação e estas angústias e estas desesperanças e esses debates e essa luta que fizemos aqui, não sejam mais necessários.

Esta é a posição que deixamos hoje aqui em relação à votação do Projeto governamental.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Queria registrar a presença do Dr. Murilo Puckman - Promotor Público de Ponta Grossa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)
Senhor Presidente, como Vossa Excelência foi liberal em permitir o inflamado discurso do Deputado Nereu Carlos Massignan quando a Questão de Ordem apenas regimentalmente é para corrigir distorções, queria registrar com pesar a verdadeira prática do que acontece aqui. Embora não se tenha aprovados as emendas

que dão 120, 130, 150, se não for aprovado o Projeto que dá 100, e é o que registra os votos da oposição, nem 100 o servidor público iria receber. A Emenda declaratória do Deputado Nereu Carlos Massignan, com a estabilidade do servidor de 5 anos, eu me permito fazer uma análise do meu ponto de vista jurídico, preferimos não votá-la, porque estaríamos dando margem para que esta Emenda declaratória, se aprovada aqui, fizesse com que a partir deste instante se contassem os cinco anos de estabilidade do trabalhador. Nós esperamos e acreditamos que o servidor público do Estado do Paraná seja regido a partir do momento da Constituição do Paraná, deixaremos esta válvula aberta para que o servidor público que eventualmente não tenha concluído quatro anos até a promulgação da Constituição Federal, possa lutar para a sua estabilidade a partir da promulgação da Constituição do Estado do Paraná que oportunamente será feita dando a este o direito de pleitear aquilo que Vossa Excelência pretende na Emenda declaratória do dia de hoje.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) A Emenda não propõe uma discussão constitucional daquilo que foi conquistado, agora, a Constituição está em vigor. O que pretende a Emenda é apenas dar publicidade a quem adquiriu estabilidade, e isto, nada mais do que isto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Está em vigor a Constituição não precisa votar a Emenda.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É apenas para publicidade para que os funcionários e a sociedade saibam quem adquiriu a estabilidade.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, é apenas para registrar o voto favorável do PDC que foi favorável ao Substitutivo e às emendas das Oposições. E, por coerência, votou contra o Projeto de Lei depois de derrubadas todas as tentativas feitas para darmos salários justos aos funcionários. E fazer um reparo ao nobre Deputado Caíto Quintana. O PMDB infelizmente, na tarde de hoje, se as Bancadas de Oposição se retirassem, não tinha número para aprovar nem mesmo o Projeto do Governo. As oposições tiveram a hombridade de permanecer em plenário porque o PMDB não foi forte suficiente para agüentar sozinho a votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, a Bancada do PDT quer justificar o seu voto contrário ao Projeto principalmente em função do Artigo 2º do

mesmo projeto que concede ao Governador Alvaro Dias o poder de patrocinar um dos maiores arrochos salariais que o servidor público vai sofrer no ano de 1989. E isso dissemos quando ele retirou a URP e vamos dizer no final deste ano o quanto ele arrochar o salário com a autorização que esta Casa acaba de conceder-lhe.

O SR. HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicitando ainda a extensão da sua liberalidade, gostaria de dizer, em função do que colocou o nobre Deputado Caíto Quintana, que nós não fazemos oposição pela oposição; que não fazemos oposição sistemática. E foi levantado hoje pelo nobre Deputado de que ele confia que as oposições, e eu falo em nome do PSDB, de que votaríamos favoravelmente ao Projeto ICMS, que vai ser colocado em votação na sequência. Sem dúvida nós votaremos favoravelmente a esse Projeto em função do quê? Do seu processo democrático, quando veio para esta Casa, a Assembleia Legislativa, usando da sua prerrogativa, convocada suprapartidariamente aqui por que esta Casa fez com que o Executivo - e aqui vai um elogio ao Executivo que esteve aqui nesta Casa, ouviu a Assembleia ouviu os segmentos organizados e sem dúvida nenhuma traz um Projeto que é consensual, entre a Assembleia, entre a sociedade e sem dúvida alguma, com a participação do Executivo. Fica aqui a demonstração de que a nossa responsabilidade, acima de tudo, é com o Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury): Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 345/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 131/88), que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação. (I.C.M.S.). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F. por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em nº de 6 (seis), de autoria de diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 345/88

Art. ... - O artigo 3º da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, fica acrescido de § 6º, com a seguinte redação:

Art. 3º -

§ 6º - Para efeito de licenciamento de veículos de fabricação anterior ao ano de 1981, o valor venal tomado como base de cálculo do I.P.V.A., de conformidade com as tabelas anexas a esta Lei, serão reduzidos pela metade".

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

Apoio: Nelson Vasconcellos, David Cheriegate, Nereu Carlos Massignan, Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

As tabelas a que reporta a presente emenda são expressas em OTNs, e, em consequência, reajustadas mês a mês.

Nos vizinhos Estados de São Paulo e Santa Catarina, os veículos de fabricação anterior a 1981, têm o valor do I.P.V.A., para o exercício de 1989, lançado em até 10 (dez) vezes menos que no Paraná.

A emenda é do interesse do próprio Estado, a fim de que os proprietários de veículos que residem próximos às fronteiras não procurem licenciar os mesmos fora do Paraná, dada a desproporcionalidade do imposto lançado em cada um.

A respeito da matéria, faremos pronunciamento em separado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - O artigo 23, inciso I, do Projeto de Lei nº 345/88 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídos:

I- GRUPO A: - alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- energia elétrica, exceto a rural, residencial e de entidades filantrópicas;
- bebidas alcoólicas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06, e 22.08, exceto os códigos 22.08.40.0200 e 22.08.40.0300;

- fumo e seus sucedâneos manufaturados, classificados no capítulo 24;

- perfumes e cosméticos classificados nas posições 33.03, 33.04, 33.05 e 33.07;

- filmes cinematográficos e aparelhos fotográficos e cinematográficos classificados nas posições 37.06 (exceto os dos códigos 37.06.10.0101 e 37.06.90.0101), 90.06, 90.07 e 90.08;

- peleteria e suas obras e peleteria artificial classificadas no capítulo 43;

- equipamentos de áudio e vídeo, suas partes, acessórios e suportes classificados nas posições 85.18, 85.19, 85.20, 85.21, 85.22, 85.23, 85.24, e nos códigos 85.25.30, 85.26.92, 85.27 e 85.28.10;

- automóveis importados;
- motocicletas de cilindradas superior a 250 centímetros cúbicos, classificados nos códigos 87.11.30 a 87.11.50;
- asas-delta, balões e dirigíveis classificados nos códigos 88.01.10.0200 e 88.01.90.0100;
- embarcações de esporte e de recreio classificadas na posição 89.03;
- armas e munições, suas partes e acessórios classificados no capítulo 93".

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoio: Basílio Zanusso, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli, Edmar Luiz Costa, David Cheriegate e uma ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

Art. 1º - O artigo 2º do Projeto de Lei nº 345/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - O ICMS tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte e carga interestadual e intermunicipal e de comunicação, exceto os serviços prestados pelo rádio e pela televisão, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e os produtos agrícolas "in natura" em seu primeiro percurso intermunicipal".

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(aa) JOÃO ARRUDA

PEDRO TONELLI

RAUL LOPES

DAVID CHERIEGATE

BASÍLIO ZANUSSO

VALDERI MENDES VILELA

EDMAR LUIZ COSTA.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 04

Art. 1º - O artigo 23, inciso II, do Projeto de Lei nº 345/88, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 23 - As alíquotas internas são seletivas em função da essencialidade dos produtos ou serviços, assim distribuídas:

II- GRUPO B: Alíquota de 12% (doze por cento) para:

1. Os serviços de transporte rodoviário;

2. Energia elétrica rural, residencial e de entidades filantrópicas;

3. Os seguintes produtos, em estado natural desde que de produção nacional;

- animais vivos;

- carnes e miúdos comestíveis frescos, resfriados ou congelados de bovino, suíno, caprino, ovino, coelhos e aves;

- peixes frescos, resfriados ou congelados;

- frutas frescas;

- café cru em grão;
- chá em folhas;
- erva-mate;
- trigo em grão, centeio em grão, cevada em grão, aveia em grão;
- milho em espiga e em grão;
- arroz;
- trigo mourisco;
- alpeste, sorgo;
- amendoim;
- soja;
- algodão em caroço;
- mamona;
- girassol;
- colza;
- gergelin;
- feijão, grão de bico, lentilha e tremoço;

- ervilha;
- mandioca, batata doce, inhame;
- beterraba de açúcar;
- cana de açúcar;
- fumo em folha;
- lenha e madeira em toras;
- casulos do bicho-da-seda;
- rami em bruto;
- ovos de aves;

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoio: Pedro Tonelli, Basílio Zanusso, Raul Lopes, Edmar Luiz Costa, David Cheriegate, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso, João Arruda e uma ilegível.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Suprima-se do Grupo A do Artigo 23, do Projeto de Lei n° 345/88 as seguintes mercadorias:

Sala das Sessões, em 12.01.89.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoio: David Cheriegate, Nereu Carlos Massignan, Raul Lopes, Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão dessas mercadorias no Grupo A do Art. 25, cuja alíquota é de 25%, demonstra a sanha fiscal do governo do Estado, que pretende tributar pesadamente mercadorias que em hipótese alguma enquadram-se na categoria de artigos de luxo. Automóvel na vida moderna das sociedades é instrumento essencial de locomoção e de desempenho de atividades em todos os setores da vida humana, nunca objeto ou instrumento de luxo, como não podem ser considerados como tais as motos, os aparelhos eletroeletrônicos, os artigos esportivos e a energia elétrica.

Somente na visão estreita de um governo despreparado para a direção dos negócios do Estado energia elétrica se enquadra na categoria de um bem ou de um serviço de luxo. Não sabe o governo paranaense neste crepúsculo do Século XX quão essencial é a eletricidade para toda a humani-

dade, como não tem capacidade para entender que o esporte é um dos fundamentos do desenvolvimento do ser humano.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

No inciso I do art. 23, acrescente-se a expressão ATÉ, como segue:

"Art. 23 -

I - GRUPO A: alíquota de até 25 (vinte e cinco por cento) para as seguintes operações com as seguintes mercadorias e bens:

- energia elétrica;

....."

Sala das Sessões, em 12.01.89

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Valderi Mendes Vilela, Namir Piacentini e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A energia elétrica elencada entre os bens considerados supérfluos teve a sua alíquota afixada no patamar mais alto.

Os percentuais exercidos pelo imposto único sobre energia elétrica praticado até esta quadra, atendiam numa escala crescente de zero a trinta e três por cento de acordo com o consumo doméstico ou empresarial utilitário.

É de importância que se preserve estes mecanismos.

É de justiça.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação as emendas, sem prejuízo da emenda substitutiva já aprovada em 2ª discussão.

(L2): Emenda do Deputado José Rogério, Emenda n. 1.

Em votação a Emenda. REJEITADA.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

19 (dezenove) dos Senhores Deputados aprovam a emenda.

Os Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco) dos Senhores Deputados a rejeitam. Está REJEITADA a emenda.

(L2): Emenda do Deputado Antônio Costenaro Neto, que altera o artigo 1º inciso I do projeto de Lei n. 345/88.

Em votação a emenda.

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram conservar-se como estão.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Para enca-

minhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) REJEITA DA.

A Mesa concede a palavra, para encaminhamento de votação.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, na verdade neste artigo nós alteramos muito pouco. Nós achamos justo que dada a dificuldade que o Governo tem para manter a atualização da própria folha de pagamento dos servidores do Estado, pensando e tentando conquistar, através do ICMS, um aumento dos recursos do Estado. Nós vimos por outro lado. Lá fora, uma grande parte da população, a legião dos pequenos proprietários, a legião dos trabalhadores rurais, dos desempregados que estão sendo taxados, neste item aqui de energia elétrica, com uma taxa elevadíssima de 25%.

Portanto, nós emendamos, nesta questão, diminuí a taxa de energia elétrica, alterando apenas no artigo onde se diz "energia elétrica", alterando a "rural, residencial e de entidades filantrópicas". E depois, em seguida, já faço a minha justificativa neste momento, nós passamos aonde está, no grupo 2, onde se lê "alíquota de 12% para o serviço de transporte rodoviário acrescentamos no item um e no item 2 acrescentamos: energia elétrica rural e residencial e a entidades filantrópicas.

Eu acredito que esses dois projetos, essas duas alterações elas se cabem porque nós estamos aqui dando um desconto de na verdade 14%, naturalmente desfavorecendo a esses trabalhadores que não conseguiram, servidores públicos que não conseguiram o seu aumento salarial desejado. E estamos atendendo também a grande massa popular que lá fora se encontra, como já disse, desempregados, passando por toda sorte de dificuldades.

Portanto, acho que o Estado terá, com a aprovação do ICMS, os novos impostos, com as taxas que identificamos, participamos ativamente das discussões, nós sabemos e temos a certeza que o Estado do Paraná terá um aumento muito grande na sua arrecadação.

Portanto, peço encarecidamente aos nobres Parlamentares desta Casa que concedam este favor aos trabalhadores diminuindo o peso da carga da energia elétrica, e principalmente, também na questão rural favorecendo a irrigação..

E falo isso porque vejo aí o Secretário da Agricultura discutindo participativamente com o Governo Federal alegando as grandes dificuldades que campeiam o Paraná e a sua agricultura, pedindo apoio quando o Governo Federal rouba. Portanto, nada

mais justo do que dar também ao trabalhador rural, ao produtor rural, principalmente aquele da irrigação diminuindo a taxa do ICMS cobrado no consumo de energia. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BAGGIO (Para encaminhar) -

Apenas para esclarecer ao nobre Deputado que no tocante ao ICMS da energia rural Vossa Excelência bem acompanhou o andamento das discussões, ficou acertado que através de deferimento não será cobrado o ICMS da energia rural. Portanto, não há necessidade evidentemente dessa emenda, tanto da energia rural como de outras partes que haverá o deferimento.

Só para esclarecer.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) -

Sr. Presidente, quero em primeiro lugar declarar que não pude participar das reuniões promovidas nesta Assembleia com diversos segmentos da sociedade para deferir essa lei de vital importância para o Estado do Paraná.

Mas, desejo, Sr. Presidente, por dever de justiça reconhecer aqui o trabalho valioso que a bancada do Governo do PMDB exerceu nessa matéria. E registro com satisfação, sem o desejo meramente adulatorio, o trabalho do ilustre Deputado Orlando Pessuti e do Deputado Sabino Campos que ao lado dos seus pares abriram esta Assembleia, transformaram decisões no plenário ou nas comissões, como decisões compactuadas pela sociedade para mostrar ao povo do Paraná que a Assembleia não se resume, inclusive, apenas no plenário, porque já dizia Aliomar Baleeiro, um grande professor de Direito Tributário, Direito Constitucional, um mestre do Parlamento, de que o parlamentar trabalha efetivamente nas comissões. E que no plenário o que se vê muitas vezes é teatro.

Portanto, eu quero registrar com satisfação meus elogios pessoais à bancada do Governo pelo comportamento nesse projeto. E faço um apelo igualmente para a bancada do PMDB para que reduzamos, façamos a redução da alíquota da energia, que eu sei que vai passar, energia que nós pagávamos para o Governo Federal, que já vai passar de 32 para 25%. Faço um apelo aos ilustres Parlamentares para que possamos reduzir essa energia de 25% para 17%, de tal forma que se encontre um caminho para o desenvolvimento de atividades agrícolas e de atividades empresariais tão necessárias que se faz no Paraná, para que possamos produzir mais ICM para pagar as despesas do Governo do Estado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO (Pela ordem) - Só a título de esclarecimento, o Deputado Eduardo Baggio disse aí da figura do dife-

rimento e realmente nós tivemos contacto com o representante da Fazenda e ele nos deu esta orientação, mas eu acho que não era demais esta Casa, ao invés de deixar correr à revelia ou à vontade do Secretário da Fazenda com a figura do diferimento, mas sim esta Casa atribuir uma taxaço melhor, principalmente à residência, como já disse, à agricultura, facilitando o meio de produção.

Acho que esta Casa pode conceder este benefício. O Deputado Luiz Alberto Oliveira pede para diminuir para 17%, eu diria que não entro no mérito da questão da indústria e do comércio, porque aí então tem o advento do crédito, a indústria e o comércio vão creditar o imposto pago, agora, o consumidor final ele não credita, por isso que ele com 12% vai pagar a indústria, o comércio e outras atividades, pagando os mesmos 25%.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram levantar-se. 19 a aprovam.

Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25 a rejeitam. Está rejeitada a Emenda.

Em votação a Emenda n° 3, de autoria do Deputado Antônio Costenaro.

(Lê a Emenda)

Srs. Deputados que aprovam a Emenda, queiram conservar-se como estão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) -

Sr. Presidente, apenas para registrar ou tentar registrar uma injustiça que cometi; o elogio que fiz aos integrantes do Bloco Agropecuário, não se resume apenas ao Deputado Orlando Pessuti, da Bancada do PMDB, mas igualmente aos outros ilustres componentes das outras Bancadas com assento aqui nesta Casa.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Eu agradeço vossa generosidade. Sr. Presidente, aqui também, este Artigo, nós alteramos muito pouco. Talvez os Parlamentares não estando com as suas atividades voltadas, principalmente para a Agricultura, deixam de observar certas peculiaridades que causam um transtorno muito grande, aqui neste Artigo.

Nós acrescentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, transporte e carga, principalmente pelo fato de que alguns produtos agrícolas têm um alto custo de carga e fica aí então exposto à penalidade do

ICMS criando uma dificuldade muito grande até na sua organização, e procuramos isentar os produtos agrícolas "in natura" do ICMS do frete, e também nesta questão aqui o ICMS do carregamento, porque os produtos agrícolas saem da agricultura e vão para a cidade mais próxima ou às cooperativas, criando uma dificuldade muito grande, uma burocracia, e também, neste caso, o Governo pode criar a figura do diferimento, mas não deixa de ser burocrático, criando dificuldades contábeis, principalmente na agricultura que tem uma dificuldade muito grande.

Portanto, ficaria isento o pequeno agricultor, o trabalhador com os caminhões ou com as carregadeiras, na agricultura, ficam isentos de pagar ICMS do frete, facilitando o trabalho do homem simples, o homem do campo. Portanto, eu gostaria que esta Casa atentasse para este problema; nós aqui não vamos diminuir a receita, apenas vamos facilitar o trabalho do agricultor, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. SABINO CAMPOS (Para encaminhar) - Eu só gostaria de comunicar aos Srs. Deputados, que o nobre Deputado Costenaro participou de praticamente todas as reuniões que definiu o caso das alíquotas que se propõem, inclusive ele sabe que esta proposta do ICM sobre transportes, foi uma proposta apresentada pelo Sindicato dos Transportadores, quer seja, através do transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário, enfim; então foi uma coisa definida pela maioria, inclusive ele participou das discussões. Então, não podemos conceber que se mude alguma coisa, em que se esteve junto, e que se aprovou.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Emenda n° 4, Deputado Antônio Costenaro Neto. Artigo 23, inciso 2° do Projeto de Lei n° 345/88.

(Lê a Emenda)

Em votação a Emenda. Srs. Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

Deputado Luiz Alberto Oliveira, suprima-se o artigo "A" do artigo 23 do Projeto de Lei n° 345/88. (Lê a Emenda).

Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

David Cheriegate, no inciso 2° do artigo 23 acrescenta-se a expressão até artigo 23 do grupo "A"...

(Lê a Emenda)

O SR. DAVID CHERIEGATE (Para encaminhar) -

Nós tivemos a oportunidade de acompanhar o desenrolar desse Projeto na Assembleia Legislativa, e esse Projeto, como bem diz o Deputado Luiz Alberto Oliveira, deu oportunidade aos segmentos representativos de classe do Paraná para se manifestarem e discutirem esse assunto. Mas, eu pretendo nesta emenda, corrigir somente um pequeno esquecimento que houve no encaminhamento ou na elaboração desse substitutivo, onde eu acrescento a palavra até 25%; e assim procedi, porque o imposto único sobre energia elétrica, que era cobrado ou que é cobrado até hoje, ele isenta aqueles que consomem uma pequena parcela de energia.

Com o advento da cobrança de 25% da alíquota da energia elétrica, o pequeno trabalhador terá a partir de agora um acréscimo de 25%. Para corrigir esta pequena falha, nós apresentamos esta emenda e solicitamos à nobre Bancada do Governo, nesta Casa de Leis, que analise e vote favorável à nossa Emenda, em companhia da nossa Bancada da Oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Emenda. Os Srs. Deputados que a aprovam queiram conservar-se como estão. Rejeitada.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela ordem) - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda queiram levantar-se.

19 aprovam a Emenda.

Os Srs. Deputados que a rejeitam, queiram levantar-se. 25 a rejeitam. Está rejeitada a Emenda.

Em votação ao Substitutivo. Os Srs. Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. Aprovado. O Projeto irá à redação final.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, às 14:30 horas.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Logo após a votação nós solicitamos a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela ordem) - Sr. Presidente, para registrar não apenas o voto do PDC, que foi favorável à Mensagem, mas, também favorável às emendas e salientar que se não fosse a permanência das oposições em plenário, o Governo não teria hoje quorum para aprovar a lei do

ICMS.

Portanto, não fazemos oposição por fazermos oposição. Estamos cumprindo com o nosso dever. E graças à presença da Oposição é que se votou também esta matéria na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O pronunciamento de Vossa Excelência será registrado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para registrar, Sr. Presidente, a presença neste Poder dos prefeitos municipais de Jardim Alegre, Abdo Mohamed Addi; de Manoel Ribas, Geraldo Ari Benschviller; de São Pedro do Ivaí, Aluizio Alves Pereira; e de Nova Tebas, Luiz Carlos Petrichen.

O SR. JOSÉ ALVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - O PTB, que é um Partido independente nesta Casa, que também junto com os demais Partidos de Oposição votamos contra a Mensagem do Governador e a favor das emendas, lamentamos, ontem e hoje, tudo o que aconteceu porque o trabalhador perdeu, não conseguiu o seu pretendido, e nós, que fomos eleitos pelos trabalhadores, lamentamos e estamos solidários ao funcionalismo público do Estado do nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 1147, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1148, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1149, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1150, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1151, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n.ºs.
02/89; 03/89; 04/89.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º
01/89.

Levanta-se a sessão.